



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

JONATAN HENRIQUE PINHO BONFIM

A SEMÂNTICA DE DAVIDSON: VERDADE, REFERÊNCIA E MUNDO

**FORTALEZA
2015**

JONATAN HENRIQUE PINHO BONFIM

A SEMÂNTICA DE DAVIDSON: REFERÊNCIA, VERDADE E MUNDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Cultura e Arte – ICA da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc

FORTALEZA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B696s Bonfim, Jonatan Henrique Pinho.
A semântica de Davidson: verdade, referência e mundo. / Jonatan Henrique Pinho Bonfim. –
2015.
101 f. : il. p&b., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Fortaleza, 2015.
Área de concentração: Filosofia da linguagem e do conhecimento.
Orientação: Prof. Dr. André Leclerc.
1. Davidson, Donald, 1917-2003. 2. Semântica (Filosofia). 3. Linguagem e línguas – Filosofia. 4. Significação (Filosofia). 5. Análise (Filosofia). I. Título. II. Autor. III. Leclerc, André, orientador. IV. Universidade Federal do Ceará. V. Programa de Pós-graduação em Filosofia.

JONATAN HENRIQUE PINHO BONFIM

A SEMÂNTICA DE DAVIDSON: REFERÊNCIA, VERDADE E MUNDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Cultura e Arte – ICA da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Leclerc (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Cícero Barroso
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva
Universidade Federal do Ceará - UFC

Aos meus filhos Petrus, Alice e Demétrius, que em meu
regraço fizeram parte desses escritos

À Glícia, amada e costela minha.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, pela paciência, compreensão e no apoio sem medidas para partear estes escritos;

A Luiz e Ruth, incentivadores incondicionais;

Ao professor Leclerc pela orientação e confiança;

Aos professores Dr. Cícero Barroso (Filosofia) e Dr. Luis Estevinha (Filosofia) que compuseram a banca de qualificação;

Ao professor Dr. Américo (linguística), pela lisonjeira aceitabilidade do convite e pelas discussões preciosas sobre linguagem e semiótica nos arredores do bosque de Letras;

Ao grupo Semioce, cujo empenho em qualificar o nível das discussões acerca da semiótica é sempre presente.

Aos mestres Greimas e Davidson, pelos escritos tão preciosos que deixaram aos futuros amantes das artimanhas da linguagem.

No princípio era o Verbo.

E o Verbo se fez carne e habitou entre nós (...)

(Evangelho de João. 1:1:14)

Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo

Wittgenstein, Tractatus Lógico-Philosophicus

RESUMO

É possível elaborar uma teoria do significado sem levar em conta o mundo como referência? Por meio dessa inquietação propomos analisar as críticas de Donald Davidson a teoria da verdade como correspondência e a semântica clássica, cujas entidades extralinguísticas e o mundo “desnudo” são determinantes para compor a significação. Por meio da investigação do seu programa – Programa de Davidson – indicaremos a) as possíveis soluções e dissoluções de problemas gerados por tais teorias, muitas vezes, provenientes da concepção de linguagem subjacente a elas e b) a construção de uma teoria adequada do significado que tem como ponto nevrálgico mostrar que na comunicação entre falantes competentes há uma construção de uma teoria da verdade para a linguagem do *outro*. Davidson convida-nos a trilhar outro percurso teórico que pensam os conteúdos, dentre eles a referência, sendo construído *dentro* da linguagem e não mais *fora* dela, sem, contudo, cair no problema da vacuidade da linguagem, portanto, de uma explicação da significação completamente desconectada do mundo.

Palavras-chave: teoria da verdade; referência; linguagem; mundo.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the criticism of Donald Davidson's theory of truth as correspondence and classical semantics, whose extra-linguistic entities and the world "naked" are crucial to compose the significance. Through the investigation of his program – Davidson's program - indicate a) possible solutions and dissolutions of problems caused by such theories, often from the underlying design language to them and b) the construction of an adequate theory of meaning that has as sore spot show that the communication between competent speakers there is construction of a theory of truth for the language of the other. Davidson invites us to tread another path theoretical thinking content, including the reference, being built into the language and not out of it without falling, however, in the emptiness of the language problem and, consequently, a significance of explanation completely disconnected from the world.

Key-words: theory of truth; refence; language; word.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 ASPECTOS GERAIS DO PROGRAMA DE DAVIDSON..... | 15 |
| 2.1 Uma teoria adequada do significado | 15 |
| 2.2 Exigência composicional, linguagem <i>aprendível</i> (<i>learnable</i>) e adequação material | 18 |
| 2.3 A forma de uma teoria adequada do significado | 24 |
| 3 PECULIARIDADES DA SEMÂNTICA DO PROGRAMA DE DAVIDSON.... | 32 |
| 3.1 A ideia do significado como entidade | 32 |
| 3.2 O argumento da funda (<i>Slingshot argument</i>) | 34 |
| 3.3 Uma abordagem composicional para as línguas naturais e o argumento da inflação de significados | 39 |
| 3.4 Uma teoria da verdade como condição para uma teoria adequada do significado... 42 | |
| 3.4.1 Uma teoria da verdade para o Português Elementar ₀ (ou Verdade ₀) com base na composicionalidade | 43 |
| 3.4.2 Mecanismo formal de emparelhamento entre metalinguagem e linguagem-objeto | 48 |
| 4 VERDADE E MUNDO | 55 |
| 4.1 O terceiro dogma do empirismo e a referência <i>fora</i> da linguagem. | 55 |
| 4.2 A semântica não referencial | 61 |
| 4.2.1 Uma teoria adequada do significado não apela para conceitos semânticos | 62 |
| 4.2.2 Verdade e Convenção-T | 69 |
| 4.3 Readequação do conceito de referência: definição recursiva da referência com base numa teoria da verdade..... | 71 |
| 4.4 O conceito de verdade como fundamento para a compreensão..... | 75 |
| 4.5 Correspondência moderada | 78 |
| 4.5.1.1 - Verdade e atitude proposicional | 82 |
| 4.5.2 Crenças, significado e interpretação..... | 86 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 94 |
| REFERÊNCIAS | 96 |

1 INTRODUÇÃO

A recusa por parte de Davidson da visada semântica de base realista, cujo apelo a alguma entidade extralinguística para dar conta da significação é condição precípua, fez com que ele trilhasse outro percurso teórico. Sua proposta tenta construir uma teoria do significado mais coerente segundo alguns pressupostos teóricos ligados a um fazer filosófico revirado linguisticamente. Dentre os mais de 80 artigos, que vão de 1952 a 2001, publicados durante sua trajetória intelectual, tentamos reconstruir minimamente esse caminho selecionando alguns artigos que, para nós, parecem ter mais relevância quanto a esse assunto. É um recorte necessário dado a variedade de temas abordados em seus artigos que perpassam pela filosofia da mente, filosofia da ação, filosofia da linguagem, etc.

No primeiro capítulo, procuramos explicitar os aspectos gerais do programa de Davidson, tentando mostrar as condições para uma teoria adequada do significado. Para tal intento, utiliza-se como modelo explicativo a Convenção-T de Tarski¹, porém adaptada às linguagens naturais. O resultado será uma teoria do significado como uma teoria da verdade para a linguagem a ser interpretada. Esse modelo pretende dar conta de como os falantes-ouvintes competentes (metalinguagem) realizam um investimento semântico, almejando fixar os conteúdos para dar conta da compreensão da linguagem do outro (linguagem-objeto) na comunicação.

Em relação ao fenômeno da comunicação veremos que tal modelo davidsoniano não foca somente na inferência ou na competência para produção de frases novas, mas nos convida a entrar na dimensão da interpretação. Por esse motivo, há o deslocamento da competência disposicional em direção a uma teoria da interpretação que pressupõe como fundamento a inserção de um agente racional numa comunidade comunicativa interagindo com falantes competentes e o ambiente, construindo metalinguagens ou, como veremos, uma teoria da verdade para a linguagem do outro com o intuito de dar conta da compreensão. Portanto, a finalidade do programa de Davidson consiste em determinar o que uma pessoa tem que saber para ser capaz de interpretar corretamente todas as orações gramaticais e significativas de uma linguagem

¹ Por uma questão metodológica e de coerência no percurso gerativo do sentido da dissertação apresentaremos a Convenção-T com mais detalhes no 2º tópico do 1º capítulo.

natural, todavia, sem recorrer à noção de verdade via correspondência, portanto, entidades extralinguísticas.

Nesse mesmo capítulo, mostraremos as exigências formais que uma teoria deve ter para explicar a interpretação como, por exemplo, a exigência composicional como princípio de explicação da nossa capacidade de compreender frases novas; o princípio da finitude como condição de possibilidade para que a linguagem possa ser aprendida (*learnability*); a exigência da adequação material explicitando como uma teoria da verdade para uma linguagem *L* deverá ser materialmente adequada, isto é, será determinada corretamente a extensão do predicado de verdade para cada frase da linguagem-objeto a ser interpretada.

No segundo capítulo são apresentadas as críticas de Davidson à teoria da verdade como correspondência por meio da recusa à noção de significado como entidades extralinguísticas. Entidades essas que serviriam como significado de frase e palavras, bem como a rejeição da clássica ideia de verdade das frases que estando atrelada a noção de confrontação com fatos ou estados de coisas. O motivo de sua oposição a essas abordagens do significado está ligada ao anseio de dar conta de explicar a compreensão linguística de forma mais coerente sem apelar para pressupostos metafísicos, comumente encontrado nas teorias da referência. Por denunciar essa visada, um dos meios utilizados pelo filósofo norte-americano será o argumento da funda (*slingshot argument*), cujo intuito é mostrar a impossibilidade identificar partes da realidade às quais frases verdadeiras correspondem, ou melhor, não podemos identificar um fato para cada frase verdadeira, numa relação de *um-por-um*, numa relação entre palavra e estado de coisas.

Logo em seguida, será explicitado que a abordagem composicional do significado sugerida por Davidson pretende evitar vários impasses insolúveis da semântica clássica, pois é capaz de abarcar vários aspectos da compreensão linguística, que dentre esses está a necessidade de um modelo que dê conta da aprendizagem das línguas naturais e da geração de frases novas, condição indispensável para uma teoria do significado tornar-se coerente. Seu construto teórico nos levam a escapar de uma proposta semântica que busca compreender as frases em termos de suas partes significantes, atribuindo significado reificado suas partes, não evitando uma possível inflação do significado. Tal equívoco teórico está ligado à conexão entre significado e

referência, ou seja, a de que saber o significado ou sentido de uma palavra é saber como escolher seus referentes.

Nesse mesmo capítulo é também explorada a proposta davidsoniana de usar uma teoria da verdade com base na Teoria-T para desenvolver uma teoria composicional do significado, utilizando-se de uma estrutura recursiva. Faremos isso através de uma mini-linguagem, que chamaremos de Português Elementar₀ e Português Elementar₁, dando uma ideia do formato de uma Teoria-T segundo a proposta de Davidson. O objetivo dessa teoria é aplicar os axiomas para calcular composicionalmente as condições de verdade com base numa frase a partir dessas mini-linguagens e nas regras que especificam a concatenação ou composição delas.

No 3º capítulo é mostrado uma metodologia construída via Convenção-T de Tarski em que uma sentença na metalinguagem está emparelhada com uma sentença da linguagem-objeto que a interpreta. Esse emparelhamento encontra uma forma sistemática de cotejar os predicados da metalinguagem com os predicados da linguagem-objeto. Esse percurso dará um tratamento adequado à dimensão linguística pois não faz referência a entidades extralinguísticas, mas implementa um mecanismo que, em relação à atribuição do significado, compara frases da linguagem-objeto (a linguagem que a teoria fala sobre) com frases que estão em uso em nossa metalinguagem (a linguagem da nossa teoria) que são semelhantes. Satisfazer esta condição é necessária para uma teoria do significado permitir a compressão das frases da linguagem-objeto, sem apelar a tais entidades extralinguísticas. O foco neste ponto será mostrar um das inovações de Davidson no trato de nível semântico através desse mecanismo, cuja definição recursiva da verdade para a linguagem-objeto nos mostra que os referentes estão sendo dados, não *fora* da linguagem, mas dentro dela mesma, porém em outro nível da linguagem, a saber, na metalinguagem.

A partir da crítica ao terceiro dogma do empirismo tais pressupostos teóricos nos levam a pensar a referência sendo construída dentro da metalinguagem, ou seja, dentro da linguagem do interprete, a contragosto das teorias da referência e do significado que a entendiam como algo *fora* da linguagem. A referência, pois, não é mais pensada ingenuamente como uma entidade que está isenta da instânciação da própria linguagem e que se dá *fora* dela, mas, ao contrário, se faz numa relação entre metalinguagem e linguagem-objeto. Assim, o que temos em Davidson é a reutilização do conceito de

referência por meio de uma caracterização recursiva a partir do mecanismo de emparelhamento entre metalinguagem e linguagem-objeto.

Logo em seguida será mostrada a utilização do conceito de verdade como fundamento para a compreensão, na medida em que tal conceito, além de ser um primitivo, é condição necessária para toda e qualquer possibilidade de compreensão.

E por fim, mostraremos a possibilidade de se pensar o mundo em Davidson estabelecendo um diálogo com o seu coerentismo, caracterizando sua proposta numa espécie de correspondentismo moderado. Neste momento, será mostrado que a sua proposta holística não é se trata somente de interconectar crenças, ou até mesmo de ligar crenças a comportamentos, mas da ligação causal e racional necessária da crença no entorno mais amplo do mundo.

2 ASPECTOS GERAIS DO PROGRAMA DE DAVIDSON

2.1 Uma teoria adequada do significado

O programa da Davidson tem como finalidade determinar o que um falante precisa saber para interpretar corretamente frases novas e significativas de uma linguagem natural e de como elas têm sentido ou como elas adquirem significado². Sua proposta semântica não está atrelada à concepção que identifica o significado de uma expressão com uma entidade extralinguística.

A peculiaridade de sua teoria semântica está em ter como condição precípua a elaboração de uma teoria da verdade com vistas à explicitação de uma teoria adequada do significado com suas características formais e empíricas. Isso já nos faz perceber que sua postura teórica acerca da compreensão tem uma visada teórica distinta de outras teorias semânticas, pois à medida que a problemática da compreensão linguística e da interpretação se fazem presente no construto teórico, ele elabora um projeto utilizando-se de ferramentas bastante peculiares para dar conta do fenômeno linguageiro no nível semântico. Sua visada não diz respeito somente à questão da produção, da competência linguística ou, até mesmo, do conhecimento do código linguístico para dar conta do significado, mas sim da interpretação e da comunicação entre falantes competentes. Mais do que dominar regras ou um código, parece que conhecer uma língua é saber como lidar com ela nas atividades interativas entre falantes.

A visada de Davidson em relação à semântica está conjugada ao percurso da produção do sentido construído num jogo de construções metalinguísticas elaboradas pelos falantes para dar conta do significado da linguagem analisada, ou melhor, da linguagem-objeto. Para tal intento utiliza-se como modelo explicativo a Convenção-T de Tarski³, porém adaptada às linguagens naturais. Assim, não será somente uma produção lógica-sintática, mas de sentido. Haverá um investimento semântico tentando

² Seu projeto se assemelha, até certo ponto, ao projeto de Chomsky cuja finalidade é também mostrar através de uma teoria sintática ou uma gramática universal (GU) como compreendemos tais frases novas a partir de um conjunto finito de elementos sub-sentenciais. Cf. Reply to Foster (1976) e como caracterizamos o caráter bem formado das frases. Cf. DAVIDSON (1967)

³ Por uma questão metodológica e de coerência no percurso gerativo do sentido da dissertação apresentaremos a Convenção-T com mais detalhes no tópico 2 nesse mesmo capítulo.

fixar conteúdos, almejando dar conta da compreensão de como os falantes se referem ao mundo e dos sucessos da comunicação. Essa é a dimensão do significado em Davidson. Desde já podemos vislumbrar que em Davidson as condições de verdade e de satisfação de uma frase não se encontram objetivamente já fixadas na língua como código, descartando, portanto, a visão de língua como nomenclatura.

O primeiro passo para desenvolver uma teoria consistente ou adequada do significado é construir um modelo que recorra a uma teoria da verdade com base em *axiomas interpretativos* e em regras de composição. Para tal modelo não é suficiente para dar conta da comunicação somente focarmos na inferência ou na competência para produção de frases, mas é necessário entrar na dimensão da interpretação. Por esse motivo, há o deslocamento da competência disposicional em direção a uma teoria da interpretação que pressupõe como fundamento a inserção de um agente racional numa comunidade comunicativa interagindo com falantes competentes e o ambiente, construindo metalinguagens para dar conta da compreensão.

Podemos demonstrar as condições gerais que uma teoria do significado exige e entender que o programa de Davidson tem como fim último construir uma teoria que satisfaça duas exigências:

- 1º) Proporcionar uma interpretação de todas as emissões, reais e potenciais, de um falante.
- 2º) Ser verificável sem conhecimento das atitudes proposicionais detalhadas do falante. (2001, [ITI] p. *XV*).

Uma teoria que satisfaça ambas as condições além de responder a célebre pergunta: “*O que as palavras significam?*” (*What is it for words to mean what they do?*) (DAVIDSON, 2001,[ITI] p. *XV*), ainda desenvolve uma metodologia geral de aplicação universal para qualquer falante. Mas, para esclarecer tais questões, devemos ter em pauta *o que e como* saber para interpretar a significação do outro. Por essa via, a finalidade do programa de Davidson consiste em determinar o que uma pessoa tem que saber para ser capaz de interpretar corretamente todas as orações gramaticais e significativas de uma linguagem natural, portanto, quais são os requisitos que deve cumprir toda teoria que aspire dar conta do significado das linguagens naturais sem,

contudo, recorrer à noção de verdade via correspondência, portanto, entidades extralinguísticas.

Normalmente, somos capazes de dizer o que as palavras significam, mas o que nós devemos saber para especificar essa significação? Em outras palavras, que *conhecimento* é requerido para entender a significação do outro, ou melhor, para interpretar o outro? *Grosso modo*, será saber o que significa cada expressão com sentido. Com isso, percebemos que Davidson desenvolve, como falado outrora, uma teoria adequada do significado para a compreensão linguística na comunicação, algo que proporcione a interpretação que dê conta de como é possível para um falante-ouvinte competente (falante e intérprete) compreender frases novas nunca antes ouvidas. Somente desta maneira teremos uma teoria que tornará possível a interpretação. Assim podemos dizer que temos que construir uma teoria interpretativa que deve ter a forma de uma teoria da verdade ao estilo de Tarski, adaptada às linguagens naturais e respeitando algo semelhante à Convenção T⁴. Isto é, Davidson quer desenvolver uma teoria do significado como uma teoria da verdade para a linguagem a ser interpretada. Também, subjacentemente, está preocupado em explicar como ocorre o sucesso na comunicação, como somos compreendidos pelo outro numa conversa, e isso ocorre através da construção, por parte do intérprete, de uma teoria da verdade semelhante à de Tarski. Por meio da adaptação dessa convenção a linguagem natural temos uma metodologia geral de aplicação universal para qualquer falante competente.

Devemos, então, entender por teoria da verdade um conjunto de axiomas do qual se pode derivar, para cada oração *s* da linguagem-objeto (*L*), um teorema estipulando as condições sob as quais *s* é verdadeira em *L*. Dessa maneira, temos uma metalinguagem que dá conta da linguagem-objeto. Assim, o programa de Davidson tem inicialmente os seguintes traços:

1º) Propor a possibilidade de construção de teorias da verdade finitamente axiomatizáveis para linguagens naturais que têm como consequências lógicas, na metalinguagem, orações-T que fornecem as condições de verdade para cada oração da linguagem investigada (linguagem-objeto);

2º) Servir como teoria semântica;

⁴ T de *truth* em inglês.

3º) Permitir a verificação empírica da correção de tal teoria semântica para um conjunto definido de falantes através da comparação das condições em que os falantes tomam suas frases por verdadeiras e as condições de verdade assinaladas pela teoria para aquelas frases.

2.2 Exigência composicional, linguagem *aprendível* (*learnable*) e adequação material

Para a compreensão da linguagem de um falante qualquer ser possível haverá algumas exigências, a primeira: “o interprete deve ser capaz de compreender qualquer das infinitas orações que o falante poderia emitir” (DAVIDSON, (1973) 2001 [RI], p.127). Tendo em vista esse primeiro requerimento o importante quanto à exigência para tornar possível a interpretação, não é saber todas as palavras de uma linguagem, mas saber interpretar orações nunca antes ouvidas com base num conjunto finito de palavras que combinadas possibilitam a existência de frases novas em número potencialmente infinito e, até mesmo, que não fizeram parte da experiência linguística do falante.

Mas como entender frases nunca ouvidas antes? Esta pergunta vem à reboque da inquietação de como posso compreender um número infinito de frases novas somente recorrendo a palavras que são finitas. Davidson esclarece tal problema através do *princípio de composicionalidade* cuja premissa é a de que a significação de uma frase é determinada pelas partes que a compõe. Tal princípio é a via de explicação da nossa capacidade de compreender frases novas, ou seja, “decompomos sintaticamente as frases em elementos menores dotados de significado – átomos de significado -, computando os significados complexos como funções sintáticas desses elementos” (LYCAN, 2008, 131). O significado de uma frase é uma função dos significados de suas “palavras” constituintes. Somente compreendemos frases novas nunca ouvidas antes porque dominamos “um número finito de características” (DAVIDSON, (1970) 2011 [SNL], p.55) um conjunto pequeno e manejável de expressões dotadas de significado que servem de “átomos” do significado, e também algumas regras de composição, *modos* “padronizados” de combinar esses átomos ou primitivos semânticos que geram os significados das expressões mais complexas. Em outras palavras, compreendemos o significado das frases complexas decompondo-as sintaticamente em elementos menores

dotados de significado. As regras de composição são regras da gramática ou da sintaxe que especificam como as palavras devem ser combinadas para projetar seus significados individuais em significados mais complexos.

Portanto, a teoria tem que ser necessariamente recursiva e mostrar que todo o potencial expressivo de uma linguagem pode ser axiomatizado e analisado a partir de um procedimento operacional finito. (DAVIDSON, (1970) 2011 [SNL], p.55). Por isso, ela tem um traço *holístico-composicional* do qual cada palavra só tem sentido no contexto de uma frase e cada frase, por sua vez, só tem sentido no contexto da linguagem como um todo, pois “o significado de uma frase só se deixa determinar pela determinação do significado de todas as outras frases” (DAVIDSON, (1967) 2011 [TM], p.22).

Depois temos o *princípio da finitude* que nos diz que a compreensão parte de um vocabulário básico finito de palavras de uma linguagem *L* que formam um conjunto de frases complexas. Isso significa dizer que uma teoria satisfatória deve descrever um vocabulário básico finito para logo em seguida “tratar as características semânticas da infinitude de potenciais orações com base nas características semânticas dos itens que integram um vocabulário finito” (DAVIDSON, 2001, [ITI] p.XV). Esse elemento finito é condição necessária para que a linguagem possa ser aprendida (*learnability*) e escrutável, pois seria impossível decorar todas as combinações possíveis de palavras para formar frases complexas.

Todavia, abre-se uma questão importantíssima para a compreensão do programa de Davidson, a saber: a que tipo de mecanismo recorreremos para entendermos frases novas, já que partimos de um vocabulário finito? Neste caso, não será possível decorar e, até mesmo, inferir todas as possibilidades de combinações entre palavras, pois se assim fosse não ocorreria à fluência da comunicação e até mesmo a possibilidade dela. Muito menos será de discriminar para cada expressão uma entidade no mundo ou uma referência extralinguística para cada expressão do enunciado. Esse manobra da linguagem está expressa no artigo *Truth and Meaning* (1967), cuja passagem de um conjunto finito de palavras podemos compreender frases em número ilimitado, ou seja, do aprendizado de palavras que têm um número finito ao entendimento de infinitas frases possíveis é dada pelo teorema que *dá o significado* da frase da linguagem-objeto, o qual é derivado dos axiomas básicos, isto é, de um vocabulário básico com regras de composição e que está conforme a Convenção-T de Tarski.

Em síntese, podemos entender que esse requerimento satisfaz a exigência de uma teoria com axiomatização finita que gera teoremas que dão os significados a partir de um número finito de regras de inferência e axiomas, pois se tivesse várias regras de inferência e axiomas seria impossível aprendê-las. Portanto, temos uma teoria da verdade cujos axiomas não lógicos são finitos em número, preenchendo a condição formal de “aprendizibilidade” (*learnability*) da teoria do significado.

Neste momento, podemos dar uma amostra de uma mini-linguagem para dar uma ideia do formato de uma teoria-T ao modo de Davidson, explicitando os axiomas e a sua gramática:

A₁: O referente de “Fortaleza” é Fortaleza

A₂: O referente de “Sobral” é Sobral

A₃: Uma frase da forma “*a* é maior do que *b*” é verdadeira se e somente se o referente de *a* é maior do que o referente de *b*

Desses três axiomas o seguinte teorema pode ser derivado:

(T) A frase “Fortaleza é maior do que Sobral” é verdadeira se e somente se Fortaleza é maior do que Sobral.

Alguém que nunca ouviu essa frase antes, mas que tem o conhecimento que os três axiomas providenciam pode facilmente compreender sem dificuldade a frase: “Fortaleza é maior do que Sobral”.

Como falamos acima, esse procedimento dá conta de explicar como a linguagem é “aprendível”. Assim, para ser aceitável como teoria semântica para a linguagem natural, as teorias da verdade devem mostrar como é possível, a partir de um número finito de elementos, construir um número potencialmente infinito de orações significativa. E seria inviável recorrer a uma multiplicação do vocabulário da linguagem-objeto a fim de dar conta de determinados tipos de expressões. Em poucas palavras, exige-se uma teoria do significado com a condição de que esta é finitamente axiomatizada e não recorra a um número infinito de termos primitivos, tornando-a aprendível e escrutável.

Kirkham (2003) tem um comentário sobre tal abordagem quando diz que os axiomas e teoremas propostos pela teoria são *como se* fossem representações da habilidade da competência linguística, ou seja, a teoria expressa o conhecimento possuído por um falante, pois *representa* o que o falante conhece quando ele sabe uma linguagem, modelada por axiomas e teoremas que são *hipóteses*. Por isso é que a teoria

expressa o conhecimento possuído por um falante competente da linguagem-objeto, ou seja, da linguagem que está sendo interpretada. Além disso, como Davidson mostra, a mesma teoria dá conta do funcionamento da linguagem natural. Mas devemos ficar atentos, na medida em que

As afirmações sobre o que constituiria uma teoria satisfatória não são, como disse, afirmações sobre o conhecimento proposicional de um intérprete, nem são afirmações sobre os detalhes do funcionamento interno de alguma descrição satisfatória da competência do intérprete. (DAVIDSON, [NDP] 1986 (2005), p. 96)

Mas o que é esse conhecimento que o intérprete tem? Este será o conhecimento da significação de cada expressão dita pelo falante competente – linguagem-objeto. A teoria será apenas a manifestação dessa habilidade. Assim, a teoria expressa o que sabe um falante competente da linguagem. Dessa forma, esta representação da habilidade, segundo Davidson, segue a Convenção-T de Tarski cuja forma está no esquema [T]

[T] *S é verdadeira se e somente se P*

Uma segunda exigência para ser possível interpretar uma oração será:

apoiar ou verificar mediante evidência plausivelmente disponível para um intérprete. Dado que a teoria é geral – deve ser aplicada em um potencial infinito de emissões – seria natural pensar que a evidência a seu favor consistia em instâncias de interpretação particulares *reconhecidas como verdadeiras* (DAVIDSON, (1973) 2001, [RI], p.128)

Essa exigência requer que uma teoria do significado deva ser de caráter empírico, e para isso, deve ser suscetível de verificação acerca da conduta verbal dos falantes. Em outras palavras, a teoria requer uma verificabilidade empírica. Dessa maneira, “a teoria é verdadeira se suas implicações empíricas são verdadeiras” (DAVIDSON, (1974) 2001, [BBM], p.142). Por isso, ele exige que não se tenha um conhecimento prévio sobre o que o locutor de uma linguagem *L* quer dizer sobre algo que está sendo expresso. Além disso, a teoria semântica de Davidson deverá ter uma

estrutura formal, mas que seja também testável, ou seja, deve prestar-se a atribuições verificáveis de significação pelos locutores de uma língua. Na comunicação, toda atribuição de significação aos enunciados de um locutor pressupõe o emprego de certos princípios normativos de racionalidade que não são de modo nenhum empíricos, como se faz numa teoria empírica. Sparano compreende esse requerimento da seguinte forma:

ele quer dizer com isso que uma teoria semântica não tem por base as intuições particulares que os locutores têm da significação das expressões de sua linguagem, mas que esta tenha *bases objetivas*, a partir das quais se possam efetivar atribuições objetivas de significação. (SPARANO, 2003, p.56, *grifo meu*)

A verificação empírica também deve ser feita de maneira não-circular, sem fazer uso de outros termos linguísticos. Isso quer dizer que deve ser uma evidência que possa estabelecer-se sem fazer uso prioritário de conceitos linguísticos como *referência*, *significado*, *tradução*, *sinonímia* e outros. Essa evidência não resulta em conceitos muito próximos aos aliados e parentes do significado, que é o que ela pretende explicar. Esta noção que poderia ser analisada em termos não-linguísticos é a noção de verdade que é eminentemente extensional. Todavia, Davidson utilizará cada um desses conceitos em determinado momento da construção de uma teoria da verdade para a linguagem-objeto, não como na teoria da verdade como correspondência e do significado, mas em diálogo com um mecanismo de emparelhamento entre a metalinguagem e a linguagem-objeto, onde se tem a adoção do conceito de verdade como o lugar em que se estabelece “um contato direto entre a teoria linguística e os acontecimentos, ações ou objetos descritos em termos não-linguísticos” (DAVIDSON, (1977) 2001, [RWR], p. 219).

Assim, uma teoria da verdade para uma linguagem L deverá ser materialmente adequada, isto é, determinar corretamente a extensão do predicado de verdade para cada frase s de L a ser interpretada, sempre que implique um teorema da forma “ s é verdadeiro se e somente se p ”. Isso quer dizer que ao invés de relacionar o significado de s ao significado de p , a teoria associa s às condições de verdade *descritas em p* , desfazendo os percursos da semântica tradicional na medida em que esta apenas construía frases do tipo “ s significa p ” para todas as frases s da linguagem-objeto L . Como diz Davidson, “uma teoria da verdade produzirá interpretações somente se suas frases-T enunciam as condições de verdade em termos do que pode ser mostrado como “dar o significado” das frases da linguagem-objeto” (DAVIDSON, (1973) 2001, [RI],

p.150). Assim, para que uma teoria satisfaça a Convenção T, ela deve ter essa condição empírica de adequação (ou adequação material). Esta será uma das características do extensionalismo davidsoniano e, inclusive, uma forma de determinar extensionalmente o predicado de verdade para uma linguagem-objeto.

Ao ser estabelecido que o significado de uma frase s em uma linguagem L é fixado através de um teorema da forma [T] “ s é verdadeira se e somente se p ” é digno de nota apontar para ideia de centralidade do conceito de verdade para uma teoria do significado, rastros da influência da semântica de Wittgenstein. Este último tem uma consideração importante acerca da ideia de compreensão linguística formulada no *Tractatus* (4.024): “conhecer o significado de uma proposição é conhecer as condições sob as quais essa proposição é verdadeira.” (WITTGENSTEIN, 1997). Isso quer dizer: as condições de verdade de s , *descritas em p* , são uma forma de indicar o significado de s . Mas em Davidson como vimos, uma teoria adequada deve gerar recursivamente para cada frase s de L uma oração-T correlata. E os axiomas dessa teoria podem ser considerados propostas interpretativas de L e a teoria que contém tais axiomas deve ser considerada como uma teoria da verdade interpretativa de L .

Mas, modificada a teoria da verdade de Tarski da qual Davidson redireciona da linguagem formal para as linguagens naturais, o valor de verdade de uma oração é modificado de acordo com 1) o momento do proferimento da oração; 2) conforme o falante ; 3) conforme o ouvinte. Dessa forma fica claro que não se trata de construir uma teoria da verdade para frases, mas sim para proferimentos e atos-de-fala envolvendo o falante e o contexto dos seus proferimentos (DAVIDSON, (1967) 2011, [TM], p.58).

Há também uma sugestão alternativa, outra exigência que Davidson nos aponta. É uma espécie de sub-requerimento cuja exigência é a de que

toda teoria que necessitamos se limitaria a um método de tradução da linguagem a ser interpretada à linguagem do interprete (...) em um enunciado que passa de uma oração *arbitrária* de uma língua estrangeira à uma oração de uma linguagem familiar (DAVIDSON, (1973) 2001, [RI], p.129)

Isso revela duas exigências, a primeira é a de que Davidson não quer um manual de tradução tal como foi proposto por Quine. A mudança do termo “tradução” para “interpretação” não é apenas uma modificação terminológica qualquer. A

justificativa para esta mudança será que na tradução radical, proposta por Quine, traduzem-se as orações da linguagem-objeto sem conhecer o que elas significam. Entretanto, Davidson presa pelo conhecimento da significação da linguagem-objeto. Além do mais, a teoria da interpretação dá logo a interpretação das orações familiares. Já a tradução proposta por Quine não nos proporciona descobrir algum tipo de estrutura dentro das orações, ou seja, a de que os significados das orações dependem de sua estrutura (*princípio de composicionalidade*) e não contempla de modo satisfatório o requerimento de um método finitamente enunciado aplicável a qualquer oração. Como vimos, para Davidson isso é algo que uma teoria deve ter para ser satisfatória como base para a interpretação das emissões de uma linguagem, para revelar uma estrutura semântica significativa. Dessa forma, a interpretação das emissões de orações complexas depende da interpretação das orações mais simples.

A segunda exigência será que, do percurso de uma oração arbitrária para uma oração familiar, há uma interpretação, uma adequação em que não mais existem duas linguagens, mas agora somente uma. Por isso o método de tradução não contempla as exigências de Davidson, pois nesta a relação existente vale entre duas linguagens, mas na interpretação se busca a interpretação de uma. Isso mostra aponta para as características de uma teoria interpretativa que procura fazer negociações e convergências na busca de compreender a linguagem do outro, partindo do próprio sistema de significação para entendê-lo.

2.3 A forma de uma teoria adequada do significado

Iremos mostrar agora a forma de uma teoria do significado. Tal procedimento fora mostrado em *Truth and Meaning* (1967) num minucioso processo, onde estão lançados os fundamentos do programa e as exigências basais que já vimos anteriormente. A sua proposta foi modelada da seguinte maneira: um teorema atribuidor de significado para uma frase não familiar é derivado dos axiomas que lidam com palavras familiares. A maneira como teoremas atribuidores de significado (as frases-T) podem ser derivados dos axiomas para palavras familiares e modos de combinação também fornece contribuições no aprendizado de linguagens naturais.

Mas a esta altura nos perguntamos: para Davidson, que tipo de teorema “dá o significado” de uma frase? Ou melhor, qual a forma correta para que um teorema seja

atribuidor de significado para uma teoria de significado? Ele anuncia um teorema da forma:

s significa *p*

“Onde “s” é substituída por uma descrição estrutural de uma frase e “p” é substituída por um termo singular que se refere ao significado dessa frase” (DAVIDSON, (1967) 2001, [TM], p.20). Aqui, há um caso de equivalência intensional. Uma implicação da equivalência intensional entre *s* e *p* é que podemos substituir um pelo outro em qualquer oração do português na qual um deles apareça, sem acarretar mudança no significado ou no valor de verdade da frase. Entretanto, devemos levar em conta que esse princípio não funciona bem em casos de mera equivalência extensional. Mas Davidson rejeitou essa postura semântica, pois, segundo ele, esse teorema acima faz atribuições de entidades a predicados e quantificadores como seus valores semânticos. Os significados são concebidos neste teorema como entidades e a tarefa dessa teoria de significado é associar frases com tais entidades. Mas Davidson descarta essa forma de teorema, na medida em que uma teoria do significado pode ser alcançada sem fazer do significado uma entidade. Nas palavras do próprio:

Uma teoria da verdade pode considerar-se uma teoria da correspondência no sentido modesto. (...) mas tal sentido não promove a ideia de que compreendemos como será comparar as orações com aquilo de que estão falando, posto que a teoria não proporciona entidades com as quais comparamos orações (DAVIDSON, 2001, [ITI], p. XX, introdução)

Davidson lança outra forma que implicaria como teorema todas as frases da forma:

s significa que *p*

onde s é uma descrição estrutural de uma frase da linguagem L cujo significado se está estudando (chamada linguagem-objeto), e p é uma frase da linguagem na qual a teoria é expressa (chamada metalinguagem) que dá o significado de s .

Disto resulta que se uma teoria do significado tem um número finito de axiomas, e ainda pudermos derivar, para qualquer frase arbitrária da linguagem-objeto, um teorema do padrão acima, que dá o seu significado, então é possível dizer que a teoria explica como uma variedade infinita de frases da linguagem-objeto pode ser gerada a partir de um vocabulário finito e de um número finito de regras para combinar palavras em frases gramaticalmente corretas e significativas.

Entretanto, Davidson descarta também que essa forma seja a correta para um teorema atribuidor de significado para uma teoria de significado. O motivo seria que esse “... *significa que*...” cria um caso de intensionalidade, um contexto em que a substituição de expressões tendo o mesmo valor semântico não preserva o valor semântico da frase original. Para pôr a prova podemos elencar:

“Sol é amarelo” significa que Sol é amarelo.

A frase “Sol é amarelo” tem o mesmo valor semântico que “Neve é branca”. Mas quando substituímos a última frase por “Neve é branca”, obtemos uma frase falsa:

“Sol é amarelo significa que neve é branca”.

A razão desse movimento ser inválido para Davidson será que “Sol é amarelo” e “Neve é branca” *não têm o mesmo significado*, embora tenha o mesmo valor semântico. Nota-se a influência direta de Quine quando este estabelece os critérios de extensionalidade, em particular a substituição *salva veritate* de termos correferenciais. Com operadores intensionais como “desejar”, por exemplo,

Édipo deseja casar-se com a rainha de Tebas

A rainha de Tebas é a mãe de Édipo

∴ Édipo deseja casar-se com sua mãe

Temos que conceber que não podemos inferir isso, na medida em que Édipo não queria casar com sua própria mãe. E notamos que a substituição *salva veritate* cai por terra, pois há intenções diferentes em jogo.

Por isso, um teorema da forma “... *significa que...*” ou outros que usem qualquer outro conceito intensional (p. ex., “diz que”, “tem o sentido de”, etc.) cria um contexto cuja explicação depende do uso da noção de significado e que não pode fornecer uma abordagem genuinamente explanatória e não circular. Assim, uma teoria adequada do significado não deve postular entidades intensionais, tais como significado e sentido e nenhuma linguagem que contenha construções intensionais.

Disto nota-se que Davidson trabalha com a equivalência extensional, que estabelece o fato de que dois termos podem ter extensões idênticas e é geralmente de grande ajuda para explicar o significado (ou pelo menos a extensão) de um termo. Assim, o projeto extensional de Davidson busca determinar extensionalmente o predicado “é verdadeiro”, ou seja, uma teoria da verdade materialmente adequada que fixa a extensão do predicado em questão. Mas, o projeto extensional não consiste em descobrir uma expressão que signifique a mesma coisa que, ou seja, sinônimo de “é verdadeiro”. Duas expressões podem ser extensionalmente equivalentes e ainda não significar a mesma coisa. Isso acontece sempre que suas intensões, o outro componente do seu significado, não forem as mesmas como vimos no exemplo acima.

Também poderíamos supor um teorema cuja forma seria:

$$s \text{ se e somente se } p$$

Não seria possível, pois essa forma não seria um bom teorema, pois *s* não é uma frase. É um nome de uma frase de *L*. Para que se tenha uma frase no lado esquerdo que venha a equivaler a *p*, devemos ter um predicado para *s*. Mas devemos ter ciência que o objetivo que se mantém em Davidson será o de um teorema que garanta a *equivalência* de ambos os lados.

Davidson, então, propõe que deve-se:

tratar de modo extensional a posição ocupada por “*p*”: para implementar isso, descartar o obscuro “significa que”, dotar a frase que substitui “*p*” com um conectivo apropriado, e suprir a descrição que substituíra “*s*” com seu próprio predicado. O resultado plausível é:
(T) *s* é T *sse p*.” (DAVIDSON, (1967) 2001, [TM], p.23)

Ou seja, a teoria do significado deve ter como consequência agora todas as frases da forma:

(T) S é verdadeiro *SSe P*.⁵

Podemos notar que o conteúdo semântico foi retirado de “*significa que*” e colocado no predicado “é verdadeiro”, de forma a permitir que p seja um *definiens* extensional da propriedade semântica “é verdade”.

Como já foi assinalado, Davidson não poderia simplesmente substituir “*significa que*” pelo bicondicional “*se e somente se*”, como por exemplo, s se e somente se p , pois esta não é sintaticamente bem formada, já que a expressão do lado esquerdo não é uma frase declarativa, mas o *nome* de uma tal frase. Sabemos disto pois quando se coloca uma frase entre aspas, como em “Neve é branca”, o que se obtém é um nome da frase, não outra frase. Por isso, uma forma de tornar gramaticalmente correta seria transformar o lado esquerdo em uma frase por meio da concatenação do nome com o predicado “é verdadeiro”, obtendo a forma supracitada. Dito isto, para que seja uma frase, será preciso atribuir a ela as condições de verdade, ou seja, saber em que condições esta frase *é verdadeira*.

Evidenciado essa forma adequada do significado, como uma teoria da verdade que interliga metalinguagem à linguagem-objeto, pautada na Convenção T de Tarski guardadas suas devidas proporções, Kirkham considera que

é possível dizer que a teoria expressa o conhecimento possuído por um *falante competente* da linguagem objeto, já que tal falante tem a habilidade de entender uma variedade infinita de frases (...) Isso não quer dizer que todo falante competente da linguagem-objeto tenha um conhecimento *explícito* de tal teoria, nem quer dizer que aprender uma linguagem é uma questão de aprender um a um os axiomas de alguma teoria do significado para a linguagem. Antes, o ponto é que a teoria contém toda a informação sobre a linguagem objeto que um falante competente possui, embora ele possa possuí-la numa forma diferente e apenas implicitamente. Se alguém tivesse de aprender a linguagem-objeto memorizando os axiomas de uma tal teoria (expressos numa

⁵ O *SSe* é um conectivo vero-condicional, portanto, extensional.

metalinguagem que ele já conhecesse), e se essa pessoa tivesse a habilidade de fazer inferências muito rápidas, seria ela um falante competente? Davidson diz que seria. Neste sentido, uma teoria do significado é uma teoria do entendimento (compreensão). (KIRKHAM, 2003, p.313)

Mas devemos nos aprofundar nas partes que compõem essa teoria adequada. O “é verdadeiro” tem implicações profundas na teoria davidsoniana e gostaria de explicitá-la para um melhor entendimento. Esta partícula é um dispositivo descitacional que correlata duas frases. A parte do teorema situada no lado esquerdo da Convenção está ligada ao entendimento das condições de verdade da frase proferida por um falante e também está relacionada a asserção que seria a capacidade semântica de tomar algo como sendo verdadeiro, algo que foi entendido, ou seja, suas condições de verdade. Por isso, o *s* é também acompanhada do “é verdadeiro”, ou seja, verdadeiro como sendo um predicado. Daí há uma equivalência lógica entre o lado esquerdo e lado direito do bicondicional nesta Convenção. Se o *s*, que é uma descrição estrutural da linguagem-objeto, não viesse acompanhada desse predicado, não era possível saber suas condições de verdade, sua significação, já que seria apenas como falei acima, uma menção ou o nome de uma frase. Ou seja, o ‘é verdadeiro’ no lado esquerdo de uma frase-T representa a capacidade de perceber as asserções, aquilo que o falante, o outro na comunicação, significa de acordo com a sua forma de referir ao mundo. Em “*s* é verdadeiro” é o momento em que é captamos a significação de um falante através dessa Convenção-T que correlaciona significações, compara-as através do conectivo da bicondicionalidade, o *SSe* (*se e somente se*).

Sabemos que a relação entre som e objeto se estabelece de forma arbitrária e sua significação está ligada a esse uso pessoal da linguagem na comunicação, algo que chamamos de idioleto. Mas através dessa teoria adequada podemos entender como somos capazes de captar as condições de verdade da frase que o outro profere na comunicação, entendendo sua significação e suas referências mesmo sendo elas inescrutáveis. Já que a referência é inescrutável, tanto dos termos singulares quanto dos predicados, essa Convenção-T possibilita a convergência de atos referenciais do falante e do interprete durante a comunicação.

Mas, então, por que o p está sozinho do lado direito do bicondicional? Simples, porque na metalinguagem na qual a teoria é elaborada, descrevo como deve ser o mundo se a frase é verdadeira, tal como a entendi e da qual sei as condições de verdade, ou melhor, de acordo com meu idioleto, ao qual corresponde a forma como eu uso pessoalmente a linguagem para expressar meu sistema de crenças.

Há também nesta teoria da verdade a condição de adequação material de Tarski e as frases as quais o predicado “é verdadeiro” se aplicam que serão justamente as frases verdadeiras em L . Dessa forma a propriedade semântica denominada de “verdadeiro” é revelada na teoria do significado para uma linguagem, isto é, exatamente como teoria da verdade para essa linguagem. Neste caso também, s não pode ser simplesmente o nome de uma frase, mas deve ser uma descrição estrutural da mesma. Isso quer dizer que uma teoria da interpretação para uma linguagem é uma teoria da verdade que pode correlacionar qualquer asserção arbitrária da linguagem-objeto com uma frase em nossa linguagem. Esse teorema correlaciona a linguagem analisada com a nossa e faz isso por meio de um mapeamento um a um entre frases.

Kirkham (2003, p. 315) nos alerta que o programa de Davidson é uma extensão da teoria dos modelos para linguagens naturais. Diz que enquanto a teoria dos modelos estava interessada apenas no modo como aspectos gramaticais limitados de uma linguagem lógica – variáveis, quantificadores, e operadores de funções de verdade – afetam o significado, isto é, as condições de verdade de frases, o programa de Davidson quer apreender como todos os aspectos gramaticais de uma linguagem natural (p. ex., advérbios, adjetivos, preposições, orações subordinadas etc.) afetam o significado (as condições de verdade) das frases em que aparecem.

Notamos que Davidson propõe o princípio de condicionalidade, ou seja, dar o significado de uma frase s seria especificar as condições de verdade de uma frase. Para Davidson, dar as condições de verdade é um modo de fornecer o significado de uma frase declarativa. Em outras palavras, entender um nome torna-se diferente de entender uma oração, na medida em que para o nome há o que é apontado, o que o nome fixa, mesmo estando rodeado pela inescrutabilidade, mas já para uma frase o que se faz necessário é, como vimos, saber sob que condições essa ela é verdadeira; a teoria associa s às condições de verdade *descritas em p*.

Em suma, trata-se de saber como deve ser o mundo para que uma frase seja considerada verdadeira, ou seja, suas condições de verdade.

Feita todas essas considerações podemos entender o que é para uma teoria satisfazer a Convenção-T de Tarski. Essa é a parte em que Davidson concorda com o lógico polonês, mas discorda no ponto em que este supõe o conceito de tradução para poder lançar luz sobre a verdade, pois “quer iluminar o conceito de tradução por meio da suposição de uma compreensão parcial do conceito de verdade” (DAVIDSON, (1976), [RF], p. 173).

Lançando nota sobre as diferenças entre a Convenção-T de Tarski e de Davidson, a forma da teoria proposta por Davidson em diálogo com a Convenção T de Tarski ao todo nos permite isso:

Podemos interpretar uma oração concreta sempre que conhecemos uma teoria correta da verdade que verse acerca da linguagem da oração. Pois então não conhecemos somente a frase-T para a oração interpretar, senão que também ‘conhecemos’ as frases-T para todas as demais orações; e por conseguinte, todas as provas. Desse modo veríamos o lugar da oração na linguagem em seu conjunto, conheceríamos o papel de cada parte significativa da oração e as conexões lógicas entre esta oração e as demais (DAVIDSON, (1973) 2001, [RI], p. 139)

3 PECULIARIDADES DA SEMÂNTICA DO PROGRAMA DE DAVIDSON

3.1 A ideia do significado como entidade

Para dar conta de explicar o êxito da comunicação, a base semântica do programa de Davidson ao contrário da postura semântica clássica, não será aquela que apela para o significado como entidade extralinguística ou a fatos como faz a teoria da verdade como correspondência e as teorias do significado que se utilizam desse recurso.

Para a teoria do significado clássica podemos dizer que se uma frase pode ser considerada verdadeira, então parece natural perguntar pelo que a faz verdadeira, ou seja, perguntar pelo seu fazedor-de-verdade (*truth-makers*)⁶. É importante notar que, sobre a teoria tradicional da correspondência, a função do fazedor-de-verdade é explicativa. Se não há fazedor-de-verdade, não pode haver frase verdadeira. Portanto, a verdade de cada frase é explicada pela relação com o fazedor-de-verdade.

De maneira geral podemos chamar um fazedor-de-verdade de *fato* e a relação que uma frase deve ter em relação ao fazedor-de-verdade de *correspondência*, se essa torna a frase verdadeira. A forma geral deve ser o esquema [C]:

[C] Uma frase *s* é verdadeira *SSe* ela corresponde a *p*.⁷

Tal forma geral na semântica clássica tem essa configuração pelo fato de ser entendido que em relação à significação era preciso haver certa relação entre palavras e mundo, numa relação *uma-a-um*. Essa forma teve grande aceitação durante boa parte das reflexões sobre a linguagem. A marca exógena, ou seja, a alegação de que o conteúdo de uma frase era determinado em grande parte por fatores externos à linguagem era preponderante. Portanto, a verdade do que era dito, entende com base nessa visada como uma relação de correspondência entre linguagem e mundo, ficando evidente a forte conexão entre significado e referência, na medida em que saber o significado ou sentido de uma palavra é saber como selecionar seu referente extralinguístico. Neste quadro teórico, o conceito de referência nos direciona para uma

⁶ Cf. Armstrong (1997) *A World of States of Affairs*.

⁷ O bicondicional *se e somente se* foi abreviado pela notação *SSe*, e, portanto, será a que iremos utilizar ao longo da dissertação.

relação que vai de uma dimensão linguística a outra não linguística, um fato, ligando-se ao que chamamos de entidade extralinguística. E mais, “uma vez que a referência é segura, estamos no caminho da verdade, isto é, na posição de descobrir as condições de verdade da frase” (RAMBERG, 1989, 16). Dessa forma, a teoria da referência como proposta para solucionar problemas lógico-semânticos ganhou fôlego com esses pressupostos.

Dentro desse construto teórico, a eliminação do conceito de referência e, portanto, de um aporte extralinguístico gerador do significado parecia absurdo para uma teoria que almejasse dar conta da significação e, portanto, da objetividade da comunicação. Mas para Davidson, uma teoria da referência e do significado com essa estrutura teórica ainda estava carregada de metafísica, pois parece ainda evidenciar um referente que independe da linguagem para ser dito.

Todavia podemos explicitar alguns problemas acerca da abordagem lógico-semântica tradicional. Deve ser mostrado que subjacente à concepção correspondentista, tão cara a teoria clássica da referência, está uma relação biunívoca entre a frase e o estado de coisas que ela descreve e, nisto, um poderoso mecanismo que “discrimina” ou identifica no mundo estado de coisas que a frase afirma que existem independente dela. Uma frase seria verdadeira em virtude da referência extralinguística, e isso nos induz a pensar a verdade como ontologicamente fundada na realidade. Portanto, essa realidade é o que exatamente faz verdadeira uma determinada frase. Segundo a teoria da correspondência, a resposta estaria em apontar para algo que pudesse ser discretizado (discriminado) – no caso, a referência - ou individualizado como aquilo que faz uma frase verdadeira, não a realidade com um todo, mas uma parte da realidade.

Davidson, na busca de uma teoria apropriada do significado, denuncia justamente esta proposta de reificação do significado como uma relação entre linguagem e entidades extralinguística. O trabalho que uma teoria adequada necessita realizar pode ser feito sem essa entificação. O apelo a tais entidades, ao invés de contribuir para a compreensão de nossa habilidade linguística é, na verdade, uma distração, na medida em que introduz conceitos e uma postura ontológica, os quais são tomados como necessários para a compreensão linguística. Contra esta via, Davidson nos alerta que não há como discriminar no mundo tal entidade ou estado de coisas da qual a frase afirma a existência. Ao descartar a noção de significado como entidade extralinguística ou estado de coisas, nos mostra que “não há como dizer *o que é aquilo* a que os termos singulares de uma linguagem se referem (...)” (DAVIDSON, 2001

(1979) [IR], p.227). Deve-se, então “desistir de encontrar entidades para servir como significado de frase e palavras” (DAVIDSON, (1973) 2001 [DCT], p. 61). Na sua proposta de construir uma teoria da verdade adaptada às linguagens naturais, baseada no modelo tarskiano de verdade para as linguagens formais, seu programa mostra que “as entidades que ela (*a teoria*) invoca são frases, algo muito diferente de fatos ou estados de coisas” (DAVIDSON, (1973) 2001 [DCT], p.70, nota 11). Numa passagem clássica, ele diz que “nada, no entanto, nenhuma coisa, faz frases e teorias verdadeiras” (DAVIDSON, (1974) 2001 [VICS], p.194)⁸.

Portanto, o programa de Davidson vai de encontro às teorias da verdade que buscam segurança no significado das frases através da ideia de confrontação com fatos ou estados de coisas, na medida em que “sem introduzir significados como entidades, uma teoria da verdade confere um claro conteúdo as frases” (DAVIDSON, (1973) 2001, [DCT] 71)⁹.

Entretanto, parecia sobremodo difícil construir uma teoria que eliminasse o conceito de referência, um elemento considerado basal para qualquer teoria semântica. Mas podemos nos perguntar se diante desses problemas ligados a uma teoria semântica adequada, seria então possível um dizer significativo que não dependesse dessa relação de confrontação entre linguagem e mundo, embasada por uma teoria do significado que não tem como aporte o conceito de referência? Parecia que uma teoria adequada do significado que não tivesse como elemento estruturante o elemento extralinguístico, esse *algo* buscado “*fora*” da linguagem, desembocaria em fracassos. Porém, o programa de Davidson procurará mostrar que é possível falar da *realidade sem referência* no sentido clássico e explicar a comunicação sem qualquer tipo de âncora na metafísica.

3.2 O argumento da funda (*Slingshot argument*)

⁸ Todavia há um retorno contemporâneo dessa proposta com a ideia dos truth-makers. Cf. Kevin Mulligan, Peter Simons and Barry Smith, “[Truth-Makers](#)”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 44 (1984), 287-321.

⁹ Embora situado em tradições distintas neste ponto vemos a semelhança de Davidson com a linguística estrutural inaugurada por Saussure, pois ambos eliminam o referente como constituinte da significação. O primeiro descarta da significação a utilidade da referência (extralinguística). Cf CARDOSO (2003) reutilizando-a de outra forma na relação entre significado e significante.

Acompanhada à noção de que não temos como discriminar as entidades no mundo para obter o sucesso da significação, encontramos um argumento mais técnico para mostrar que a noção de fato é muito confusa e não elucidativa.

Tal argumento é intitulado de argumento da funda (*slingshot argument*) por Barwise & Perry em uma importante discussão¹⁰ e está intimamente ligado ao escamoteamento da noção de fato, já que esta noção constitui uma das noções centrais da teoria da correspondência. Esta noção tem o seguinte esquema (F):

(F) O enunciado p corresponde ao fato que q .

No esquema, o enunciado p corresponde ao nome de um fato, como ‘Leclerc é o orientador do Henrique’ e o lado esquerdo identificado pela letra q é o fato mesmo, descrito, no caso, o fato de que Leclerc é o orientador do Henrique. Portanto, a situação fica assim:

(1) ‘Leclerc é o orientador do Henrique’ corresponde ao fato que Leclerc é o orientador do Henrique

Se nós fixarmos o lado direito de (1), podemos substituir ‘Leclerc é o orientador do Henrique’ por outro enunciado que corresponda ao mesmo fato designado pela expressão do lado direito. Assim, (1) nos permite substituições preservadoras de verdade tanto do lado direito quanto do lado esquerdo. Dessa forma, substituições podem ser feitas como:

(2) ‘Leclerc é o orientador do Henrique’ corresponde ao fato de que Henrique é orientado por Leclerc.

e

(3) ‘Henrique é orientado por Leclerc’ corresponde ao fato de que o autor de *Davidson's Externalism and Swampman's Troublesome Biography* é orientador do Henrique.

¹⁰ É assim chamado porque seu pequeno argumento é destinado a derrubar o gigante Frege apenas com poucos recursos (Barwise & Perry 1981a, 1981b, 1983; Neale 1995). Cf. LEPORE (2005).

Se tais substituições podem ser realizadas, então podemos concluir que no esquema (F) q poderá ser substituída por qualquer enunciado verdadeiro. Esse esquema poderá nos ajudar a esclarecer o argumento da funda.

Esse argumento é apresentado em vários lugares do programa de Davidson, todavia o que será exposto está em *True to the Facts* (1969) e *Truth and Meaning* (1967). O motivo do argumento é mostrar que a noção de fato acarreta consequências indesejáveis e impossibilita alcançar resultados consistentes na construção de uma teoria semântica adequada. Segundo Davidson, o senso comum sobre a verdade estabelece que “é a correspondência a fatos que faz com que enunciados sejam verdadeiros. Em busca de ajuda, é natural, então, que comecemos a falar de fatos (...)” (DAVIDSON, 1984: 41). Todavia, Davidson recusa justamente esse senso comum, pois tal postura teórica não dá conta de explicar a compreensão linguística de maneira adequada.

Na projeção de refutar a teoria da verdade como correspondência, conseqüentemente, o argumento da funda nos mostra a impossibilidade de existirem fatos discriminados, ou melhor, que podemos identificar um fato para cada frase verdadeira, numa relação de *um-por-um*, ou seja, entre palavra e estado de coisas. É apontado que, pela substituição de frases logicamente equivalentes e termos singulares correferenciais *um-por-um* no contexto do esquema (F) qualquer frase verdadeira pode corresponder ao mesmo fato e que, portanto, enunciados com diferentes significados correspondem ao mesmo fato. Como Davidson conclui: Toda frase corresponde a um único GRANDE FATO. (DAVIDSON, 1984: 42). Vejamos melhor seus pressupostos para tal conclusão.

O argumento é baseado em dois princípios. O primeiro, segundo Stephen Neal (1995: 783), pode ser chamado de Princípio de Substituição de Equivalência Lógica.

$$\begin{array}{l}
 \text{(PSEL)} \qquad \phi \leftrightarrow \psi \\
 \qquad \qquad \qquad \Sigma [\phi] \\
 \qquad \qquad \qquad \hline
 \qquad \qquad \qquad \Sigma [\psi]
 \end{array}$$

Em outras palavras, se ϕ e ψ são frases logicamente equivalentes, elas podem ser substituídas uma pela outra *salva veritate*. O outro princípio pode ser chamado de Princípio de Substitutividade de Termos Correferenciais.

$$\begin{array}{l}
 \text{(PSTC)} \quad \alpha = \beta \\
 \quad \quad \quad \Sigma [\alpha] \\
 \quad \quad \quad \hline
 \quad \quad \quad \Sigma [\beta]
 \end{array}$$

Ou seja, se α e β são termos singulares com a mesma extensão, são correferenciais, então numa frase em que um dos termos singulares ocorre, um pode equivaler o outro pela substituição *salva veritate*. Nas palavras de Davidson,

Se um enunciado corresponde ao fato descrito por uma expressão da forma ‘o fato que p’, então ele corresponde ao fato descrito por ‘o fato que q’, contanto que ou (1) o enunciado que substitui ‘p’ e ‘q’ sejam logicamente equivalente ou (2) ‘p’ difere de ‘q’ somente em que um termo singular tem sido substituído por um termo singular co-extensivo. Isso é confirmado pelo seguinte argumento. Considere-se que ‘s’ abrevia alguma frase verdadeira. Certamente, então, o enunciado que s corresponde ao fato que s. Mas nós podemos substituir o segundo ‘s’ pela [frase] logicamente equivalente ‘(o x tal que x é idêntico a Diógenes e s) é idêntico a (o x tal que x é idêntico a Diógenes)’. Aplicando o princípio segundo o qual podemos substituir termos singulares co-extensivos, podemos substituir ‘s’ por ‘t’ nesta última frase, desde que ‘t’ seja verdadeira. Por fim, revertendo o primeiro passo nós concluímos que o enunciado que s corresponde ao fato que t, onde ‘s’ e ‘t’ são duas frases verdadeiras quaisquer (DAVIDSON [TM] p.42)

Para dar um exemplo podemos dizer que uma expressão do tipo ‘o fato que p’, como mostramos acima, é um nome de um fato. Dada duas frases p e q , a frase

(4) O fato que $p =$ o fato que q

é verdadeira se e somente se

(PSEL) p e q são logicamente equivalentes

ou

(PSTC) q é obtida a partir de p por meio da substituição de um termo singular t no escopo de p por um termo singular t' tal que t e t' são co-extensionais.

Embora num primeiro momento (PSEL) e (PSTC) sejam plausíveis, aplicações sucessivas delas mostram que acima, em (4), qualquer frase verdadeira pode substituir q . Supondo que ' a ' denota Petrus, e sendo p e q duas frases verdadeiras quaisquer, o argumento de Davidson procede da seguinte forma:

- (1) O enunciado que p corresponde ao fato que p
- (2) O enunciado que p corresponde ao fato que $\text{ix}(x = a) = \text{ix}(x = a \wedge p)$ (PSEL)

Considerando que ' $\text{ix}(x = a \wedge p)$ ' e ' $\text{ix}(x = a \wedge q)$ ' são co-extensionais, por (PSTC)

- (3) A proposição que p corresponde ao fato que $\text{ix}(x = a) = \text{ix}(x = a \wedge q)$
- (4) A proposição que p corresponde ao fato que q . (PSLE)

Davidson simplifica-o em seu artigo "Truth and Meaning", tornando-o mais arrojado:

- (1) R
- (2) $\hat{\text{i}}(i = i \wedge R) = \hat{\text{i}}(i = i)$
- (3) $\hat{\text{i}}(i = i \wedge S) = \hat{\text{i}}(i = i)$
- (4) S

E segue o mesmo raciocínio: (1) e (2) são logicamente equivalentes, assim como (3) e (4), pois podem ser substituídas uma pela outra pela substituição *salva veritate* enquanto que (3) é diferente de (2) somente pelo caso dele conter o termo singular ' $\hat{\text{i}}(i = i \wedge R)$ ' e (3) conter o termo singular ' $\hat{\text{i}}(i = i \wedge S)$ '. Mas a questão é que estes termos singulares têm a mesma referência se e somente se S e R têm o mesmo valor de verdade. Portanto, pelas premissas (1), (2) e (3) são correferenciais e conseqüentemente se têm a mesma referência, elas se referem um fato único. Em outras palavras, se duas frases têm o mesmo valor de verdade, devem então designar o mesmo fato e, por

consequente, que todas as frases materialmente equivalentes com o mesmo valor de verdade, designam o mesmo fato ou Grande Fato. Portanto, há um descredito por parte de Davidson em relação à possibilidade de identificar partes da realidade às quais frases verdadeiras correspondem, pois a referência de um enunciado verdadeiro é a realidade como um todo, não discretizada.

Podemos, então, concluir que seria falsa a afirmação de que enunciados com diferentes significados correspondem diferentes fatos. No caso, defensores do argumento mostram de maneira mais técnica e formal que a teoria da correspondência bem como a teoria da referência que toma o significado como entidades são um equívoco.

3.3 Uma abordagem composicional para as línguas naturais e o argumento da inflação de significados

Para Davidson, uma teoria da linguagem consistente deve necessariamente ser composicional, pois tal procedimento é capaz de dar conta em vários aspectos da compreensão linguística que perpassa pela aprendizagem e pela geração de frases novas recorrendo a primitivos semânticos finitos. Todavia, é um procedimento que vai de encontro às teorias da referência que não concebem essa dimensão do aprendizado da linguagem e que tentam erroneamente atribuir significado a cada expressão com o propósito de compreender a semântica da linguagem natural com base numa concepção de língua como nomenclatura. Esse entendimento da língua como nomenclatura subjaz a teoria da referência cuja ideia seria aquela em que para cada expressão há um referente extralinguístico demarcador do significado.

Todavia, para Davidson, uma teoria semântica para uma linguagem natural deve ser composicional, pois:

1), conclui-se que atribuir entidades a qualquer tipo de expressão sozinha (individual) não pode nos fornecer regras de como explicar a compreensão de expressões complexas em termos de suas partes significativas, algo necessário para uma explicação adequada de qualquer linguagem que tem uma estrutura composicional.

2) saber o referente de uma expressão, não é suficiente por ele mesmo para compreender essa mesma expressão.

O problema geral frente às teorias que atribuem significado a cada expressão é explicar como chegar ao significado das frases com base nas atribuições de suas partes significantes. Dessa forma, a semântica tradicional quer explicar como compreender expressões complexas em termos de suas partes significantes atribuindo significado reificado aquelas partes.

Num exemplo podemos ver que tal postura é confusa quanto à compreensão completa da frase.

[φ] ‘Paulo beijou Aline’

Numa abordagem tradicional atribui-se a Paulo como o significado de ‘Paulo’, Aline como o significado de ‘Aline’ e a relação de beijar a ‘beijar’. Porém estas atribuições juntas não nos permitem compreender ‘Paulo beijou Aline’, pois as mesmas exatas atribuições estão envolvidas em ‘Aline beijou Paulo’, com diferenças no significado. Portanto, apenas atribuir significado as partes não poderia, em geral, ser suficiente para compreender a frase como um todo. Uma resposta comum adicionaria que concatenando ‘Paulo’ com ‘beijou’ e ‘Aline’ dentro de uma organização sintática haveria uma combinação do significado de ‘Paulo’, ‘beijou’ e ‘Aline’ de maneira correta e que daria o significado da frase. Todavia, devemos entender que se a ordem em que as expressões é semanticamente significativa, então nós devemos, a fim de aplicar o esquema explicativo consistentemente, atribui-la um significado com um todo. Se o significado individual das expressões fossem suficiente, então a ordem em que as expressões ocorrem não fariam diferença. Mas no caso, em vez de três significados - ‘Paulo’, ‘beijou’ e ‘Aline’ - quatro estão em jogo – os três anteriores e a frase como um todo, aparecendo à revelia um quarto significado. Temos aí uma inflação de significado. Com isso, devemos indagar: como combiná-los para compreender o todo da frase? Parece que estamos mais longe de compreender por meio dessa postura semântica que atribui simplesmente significado a expressões estes quatro significados da qual combinados produziriam o significado como um todo. Equivocadamente, o que temos com essa teoria para dar conta da compreensão da frase será a conexão entre significado e referência, postura tão peculiar à teoria clássica, ou seja, saber o significado ou sentido

de uma palavra é saber como escolher seus referentes. Mas essa é uma posição equivocada.

A lição que podemos extrair disso será que atribuir significados a expressões não pode ser suficiente para fornecer uma teoria composicional do significado e nem nos permite dar conta de explicar a compreensão frásica. Apelar somente à atribuição de significado a expressões nunca irá por ela mesma permitir-nos compreender construções complexas a partir delas. Esta, portanto, é a deficiência que ultimamente explica a inutilidade de apelar ao significado como entidade para fornecer uma teoria composicional do significado. Mas o que é preciso então? O que precisamos são regras de fixação [*attaching*] (de associação) às formas da expressão complexa, regras de combinação de expressões primitivas para dar conta do sentido das frases como um todo. Tais regras especificam a concatenação dos elementos constituintes na frase dentro de um procedimento recursivo. O ponto emergente é que uma vez que temos tais regras para combinar expressões primitivas isso nos permite compreender construções complexas a partir dos primitivos e assim ter um modelo que dê conta da complexidade da linguagem, já que a partir de um vocabulário finito podemos explicar como produzimos e entendemos frases nunca antes ouvida.

Vemos então a necessidade de um papel recursivo que determina o significado de qualquer junção numa linguagem. Dessa forma, nenhum apelo ao significado como referentes extralinguísticos irá nele mesmo fornecer-nos uma maneira de exibir como compreendemos expressões complexas com base nas suas partes significantes.

Como entender $2+3=5$ se fôssemos discriminar um referente para cada termo? A via para a compreensão do todo será pelas regras de composição ou pelo princípio de composicionalidade da matemática. A regra neste caso é a adição e os primitivos são números naturais concatenados baseando-se justamente nessa regra. Assim, são regras que especificam a concatenação. E na especificação delas há uma metalinguagem que estabelece as expressões semânticas como *refere-se*, *denota*, etc para a linguagem-objeto.

3.4 Uma teoria da verdade como condição para uma teoria adequada do significado

Poderemos agora aprofundar explorando a proposta davidsoniana de usar uma teoria da verdade com base na teoria [T] para desenvolver uma teoria composicional do significado. Todavia, essa proposta tendo em vista a linguagem natural têm certas restrições, mas se exitosa acarreta:

1) Para esclarecer o conceito de significado fornece-nos uma ligação com o conceito de verdade, já que ao fornecer as condições para que uma frase seja verdadeira estamos dando o seu significado.

2) Usar a estrutura recursiva de uma teoria da verdade para fornecer uma teoria composicional do significado. Essa proposta tem como objetivo dar-nos uma explicação da nossa compreensão de linguagem natural sem ter que apelar à noção de significado como entidade.

3) Ao empregar uma teoria da verdade no estilo de Tarski, nos é fornecido uma teoria do significado que emprega somente uma lógica extensional. Extensionalidade essa que está ligada à Convenção-T que faz a equivalência entre os enunciados da metalinguagem e da linguagem-objeto. Portanto, “o proposito de uma teoria será uma correlação infinita de frases iguais em termos de verdade” (DAVIDSON, 1967 (2001) [TM], p. 27).

Davidson postula várias condições para adaptar uma teoria da verdade para a linguagem natural no estilo de Tarski. Vimos no primeiro capítulo que uma das exigências é a condição de adequação extensional: a teoria do significado deve gerar um teorema que “dá o significado” de cada frase declarativa da linguagem em consideração, ou melhor, um teorema que dá as condições de verdade da linguagem interpretada, ou seja, da linguagem-objeto. Também há outro postulado que se ratifica através da condição de composicionalidade, na medida em que uma teoria do significado é composicional se, e somente se, ela possui um número finito de axiomas do sistema e cada teorema atribuidor de significado é gerado a partir da base axiomática de tal maneira que a estrutura semântica da frase em consideração é, por meio disso, exibida. Ou seja, utiliza-se Convenção-T, adaptada a linguagem natural, que *representa*

a capacidade de calcular composicionalmente as condições de verdade de frases novas a partir dos axiomas básicos do sistema.

Agora podemos dar uma amostra de uma mini-linguagem, que chamaremos de Português Elementar₀, dando uma ideia do formato de uma Teoria-T segundo a proposta de Davidson e que satisfaz as exigências de dar conta do funcionamento da linguagem natural. Começaremos descrevendo a sintaxe do Português Elementar₀, formulando uma teoria da verdade (axiomática) para ela e, finalmente, mostrando como aplicar os axiomas para calcular composicionalmente as condições de verdade com base numa frase a partir do Português Elementar₀ e nas regras que especificam a concatenação ou composição das frases. Isso nos ajudará a responder como uma teoria da verdade pode nos ajudar a projetar a formulação de uma teoria composicional do significado para uma linguagem. Veremos que esse procedimento utilizado transforma aquilo que Tarski chamava uma “definição recursiva” de verdade e de satisfação numa *teoria* cujos axiomas usam estes conceitos semânticos e, através desse uso, os caracterizam na sua aplicação ao vocabulário primitivo da linguagem-objeto. Assim, “é uma tal teoria axiomática que Davidson passa a chamar uma “teoria da verdade”. (SANTOS, 2003, p. 253).

3.4.1 – Uma teoria da verdade para o Português Elementar₀ (ou Verdade₀) com base na composicionalidade

Nesta teoria, símbolos elementares incluem predicados, nome, constantes lógicas e regras semânticas para formar frases ou fórmulas atômicas. No Português Elementar₀ não há ainda quantificadores ou variáveis, pois incluí-los introduziria neste momento complicações adicionais na formulação de uma teoria da verdade e na compreensão do papel que uma teoria da verdade pode desenvolver na busca de algo que é uma teoria composicional do significado.

O Português Elementar₀ tem *um* termo ou predicado, ‘é destemido’, dois nomes ‘Petrus’ e ‘Demétrius’, que podem ser chamados de termos singulares, três constantes lógicas, ‘e’, ‘ou’ e ‘não’, parênteses direita e esquerda ‘(’ e ‘)’, e o espaço ‘θ’. Expressões no Português Elementar₀ são sequências finitas dos símbolos acima. Fórmulas atômicas ou frases são expressões consistindo de um nome seguido por um espaço seguido por um predicado. Por exemplo:

Petrus é destemido

Demétrius é destemido

As fórmulas moleculares são junções extraídas das fórmulas atômicas que usam os conectivos lógicos de acordo com as regras ou papéis sintáticos (i) – (ii) abaixo. Uma fórmula é uma expressão que é ou atômica ou molecular.

- (i) Se ϕ é uma fórmula, então sua negação é “não: ϕ ”
Não: Petrus é destemido
- (ii) Se ϕ e ψ são fórmulas, então sua conjunção é “(ϕ e ψ)”, e disjunção “(ϕ ou ψ)”, são fórmulas.

(Petrus é destemido e Demétrius é destemido)

(Petrus é destemido ou Demétrius é destemido)

Essa teoria da verdade para o Português Elementar₀, ou Verdade₀ pretende *dar o significado* do que seria no Português, mas, neste caso, eliminando qualquer característica sensível ao contexto. Um caso digno de nota neste mecanismo é perceber que o tal Português Elementar₀ correlaciona a metalinguagem com a linguagem-objeto, portanto, os axiomas fornecidos por esse Português Elementar₀ *traduzem ou dão significado* às expressões da linguagem-objeto, tornando-se uma das condições para uma adequada teoria composicional do significado.

Neste mecanismo, os axiomas do Português Elementar₀ ou da Verdade₀ são divididos em diferentes categorias, segundo suas diferentes funções. Os *axiomas básicos* atribuem *condições de referência* a nomes e *as condições de verdade* para as frases. Já os *axiomas recursivos* atribuem condições de verdade para um conjunto de frases com base nas condições de verdade de suas frases constituintes. Por esse mecanismo, as condições de verdade das frases moleculares - conjunto de frases - são ultimamente reduzidas àquelas das frases atômicas. As observações sobre cada categoria seguem abaixo.

I. Axiomas Básicos

Com base nos axiomas básicos usamos expressões que traduzem expressões da linguagem-objeto. Chegamos às condições de verdade daquelas partes a partir de axiomas básicos.

1. *Axiomas de referência₀*

Para cada termo singular referencial α , concebemos $[\text{Ref}_0(\alpha)]$ como uma abreviação para [o referente de α no Português Elementar₀]

R1. $[\text{Ref}_0(\text{'Petrus'})] = \text{Petrus}$

R2. $[\text{Ref}_0(\text{'Demétrius'})] = \text{Demétrius}$

Portanto, axiomas de referência atribuem referentes aos nomes; eles nos dizem a que cada nome próprio se refere.

2. *Axiomas de verdade₀ para fórmulas atômicas ou frases*

Os axiomas recursivos (regras) dão as condições de verdade para fórmulas elaboradas a partir das fórmulas mais simples pelas regras sintáticas. Testada as formas possíveis de frases para uma linguagem qualquer, nós garantimos especificar as condições de verdade para qualquer frase de uma *Linguagem (L)* elementar. O procedimento recursivo, então, pode ser mais descompactado pela reaplicação da definição, podendo produzir uma determinação das condições de verdade que não contém termos semânticos e assim afastando-se da semântica clássica.

Nós iremos abreviar ‘é verdadeiro no Português Elementar₀’ para ‘é verdadeiro₀’.

Σ - Para todos os nomes α , $[\alpha \text{ é destemido}] \text{ é verdadeiro}$ *SSe* $\text{Ref}_0(\alpha)$ é destemido. Com isso, mostra-se que a base de axiomas R1-R2 e Σ atribuem a referência e as condições de verdade para expressões da linguagem que por esse mecanismo funcionam recursivamente, podendo gerar expressões mais complexas a partir de outras mais simples.

II. Axiomas Recursivos ou regras para o Português Elementar₀ ou Verdade₀

RC1. Para toda fórmula φ , $[\text{não: } \varphi]$ é verdadeiro₀ SSe não é o caso que φ é verdadeiro₀.

RC2. Para toda fórmula φ, ψ , $[(\varphi \text{ e } \psi)]$ é verdadeiro SSe (φ é verdadeiro₀ e ψ é verdadeiro₀).

RC3. Para toda fórmula φ, ψ , $[\varphi \text{ ou } \psi]$ é verdadeiro SSe (φ é verdadeiro₀ ou ψ é verdadeiro₀).

Os axiomas recursivos ou as regras para o Português Elementar₀ dão as condições de verdade₀ para as fórmulas bem formadas a partir das fórmulas mais simples partindo das regras de composição ou papéis sintáticos (i) e (ii) acima. Eles fazem isso para as infinitas expressões deriváveis para dar as condições de verdade₀ das frases complexas com base nas condições de verdade₀ das partes a partir da qual elas são constituídas. A aplicação continuada dos axiomas recursivos nos leva às partes, mostrando que as condições de verdade₀ foram derivadas dos axiomas básicos, eliminando os predicados de verdade.

Agora vamos considerar uma ilustração de aplicação de axiomas do Verdadeiro₀ para explicitar as condições sobre a qual ‘é verdadeiro₀’ aplica-se a algumas frases do Português Elementar₀, por exemplo, $[(\text{Petrus é destemido ou Não: Demétrius é destemido})]$. Devemos aplicar os axiomas para esse exemplo para gerar um bicondicional que revela *na* metalinguagem em que condições especifica esta frase é verdadeira₀.

Podemos fazer isso construindo uma prova informal (1)-(7) como no caso abaixo. A prova fará isto aplicando os axiomas explicitando a referência₀ ou as condições de verdade₀ descritas na metalinguagem para nomes e frases da linguagem-objeto.

(1) $[(\text{Petrus é destemido ou Não: Demétrius é destemido})]$ é verdadeiro₀
se e somente se

$[\text{Petrus é destemido}]$ é verdadeiro₀ ou $[\text{Não: Demétrius é destemido}]$ é verdadeiro₀. (deduzido a partir de RC3)

(2) $[\text{Não: Demétrius é destemido}]$ é verdadeiro₀ SSe não é o caso que $[\text{Demétrius é destemido}]$ é verdadeiro₀. (deduzido a partir de RC1).

- (3) [(*Petrus é destemido ou Não: Demétrius é destemido*)] é verdadeiro₀
se e somente se
[*Petrus é destemido*] é verdadeiro₀ ou não é o caso que [*Demétrius é destemido*]
é verdadeiro₀ (deduzido a partir de (1) e (2) pela substituição).
- (4) [*Petrus é destemido*] é verdadeiro₀ SSe Ref₀(‘*Petrus*’) é destemido (deduzido
a partir de Σ).
- (5) [*Demétrius é destemido*] é verdadeiro₀ SSe Ref₀(‘*Demétrius*’) é destemido.
(deduzido a partir de Σ).
- (6) [(*Petrus é destemido ou Não: Demétrius é destemido*)] é verdadeiro₀ se e
somente se Ref₀(‘*Petrus*’) é destemido ou não é o caso que Ref₀(‘*Demétrius*’) é
destemido. (deduzido a partir de (3) e (4) e (5) pela aplicação de substituição).
- (7) [(*Petrus é destemido ou Não: Demétrius é destemido*)] é verdadeiro₀
se e somente se
Petrus é destemido ou não é o caso que *Demétrius é destemido*. (deduzido a
partir de (6), R1 e R2 pela aplicação de substituição).

Notemos que nossa prova (informal) (1)-(7) é uma sequência de bicondicionais., convocadas a partir de algumas regras de inferência. A prova procede, então, da aplicação dessas regras aos axiomas da teoria.

Temos até agora exposto a forma daquilo que podemos chamar de uma teoria da verdade do Português Elementar₀, mas ainda não explanamos o suficiente sobre porque devemos considerar o predicado ‘é verdadeiro₀’, cuja extensão é caracterizada por frases verdadeiras da linguagem-objeto em sua extensão. Verdadeiro₀ pode ser considerado uma teoria da verdade em virtude de sua forma, mas ainda não garante que seu “predicado de verdade” tenha algo a ser desenvolvido com a noção intuitiva do predicado de verdade. Esse é o ponto em que a Convenção-T de Tarski entra em cena. Uma das grandes ideias de Tarski foi fornecer um critério para determinar o que chamamos de adequação material de uma definição recursiva como a que acabamos de apresentar. É um critério que, se satisfeito, garante que ‘é verdadeiro₀’ tenha todas e

somente frases verdadeiras da linguagem-objeto em sua extensão. O critério de aplicação de $verdadeiro_0$ é que a teoria tenha como teoremas todas as frases da forma [T] (uma frase da forma T),

[T] s é verdadeiro₀ SSe p

em que ‘s’ é substituído por uma descrição estrutural de uma frase da linguagem-objeto, e ‘p’ é substituída por uma frase da metalinguagem que traduz a frase da linguagem-objeto. Nós chamamos tal instância de [T] ou ‘Frases-T’. A adequação material garante que qualquer frase a qual ‘é verdadeiro₀’ é verdadeira se e somente se a frase usada na metalinguagem é verdadeira, porque o significado de uma frase é determinado pelo seu valor de verdade. Duas frases semelhantes no significado, então, devem ser semelhantes nos valores de verdade. Dessa forma, a frase usada no lado direito de uma Frase-T deve concordar no valor de verdade com a frase mencionada no lado esquerdo da convenção. Então, se $verdadeiro_0$ satisfaz a Convenção-T de Tarski, então ‘é verdadeiro₀’ tem em sua extensão tudo e unicamente frases verdadeiras do Português Elementar₀. À luz da intenção que a teoria da verdade deve atender a Convenção-T de Tarski que caracteriza a extensão do $verdadeiro_0$, nós podemos dizer que isso expressa uma restrição do conceito intuitivo de verdade do Português Elementar₀.

3.4.2 Mecanismo formal de emparelhamento entre metalinguagem e linguagem-objeto

Quando damos a amostra de uma teoria da verdade para o Português Elementar₀, podemos estabelecer uma condição que atende nossa exigência, a saber: fornecendo nossa teoria da verdade, exploramos o que sabíamos sobre a pretendida interpretação dos primitivos do Português Elementar₀ por meio da tradução deles *na* metalinguagem para fornecer a referência e as condições de verdade para elas. Nós iremos chamar, a partir de então, tal axioma de *interpretativo*.

A expressão que substitui o lado direito do bicondicional traduz aquele lado esquerdo e preserva a forma semântica da frase. Isso garante que a frase usada: 1) garanta as condições de verdade 2) traduza as frases da linguagem-objeto e 3) está sendo construída a partir das partes que traduz as partes das frases da linguagem-objeto e são usadas da mesma maneira nas frases da metalinguagem como correspondendo aos

termos da linguagem-objeto usados nela. Nós vemos então que o axioma fornece a tradução do termo singular e do predicado das frases da linguagem-objeto e isso é um mecanismo utilizado para estabelecer como o significado do todo depende do significado das partes e do seu modo de combinação.

Quando aplicamos a regra para RC2, o resultado é especificar as condições de verdade da frase da linguagem-objeto em termos de uma frase da metalinguagem. Além disso, o lado direito da Convenção-T irá nos fornecer, por etapas, a tradução do lado esquerdo. O resultado como mostrado é uma frase da metalinguagem que traduz a frase da linguagem-objeto para as condições de verdade são especificadas, derivada a partir dos axiomas que traduzem os termos da linguagem-objeto e, por conseguinte, reproduz a estrutura da frase da linguagem-objeto a cada passo. Dessa forma, a prova da frase-T a partir de axiomas interpretativos, que repousam somente sobre seus conteúdos, mostra como compreendemos frases que dependem de nossa compreensão das suas partes e do seu modo de combinação. Esse procedimento será uma teoria da verdade com axioma interpretativo e será chamada de *teoria da verdade interpretativa*.

Com isso há uma conexão entre uma teoria da verdade e uma teoria do significado composicional que pode ser formalizada dessa forma [β]:

[β] Para cada frase s , linguagem L , s em L quer dizer que p SSe um teorema canônico para s de uma teoria da verdade interpretativa para L usar uma frase que traduz ' p ' pelo lado direito do bi-condicional.

Com isso, uma *teoria da verdade interpretativa* além de um procedimento para identificar a frase-T entre seus teoremas, parece fornecer tudo o que necessitamos para ser capaz de dizer o que cada frase na linguagem-objeto significa, ignorando momentaneamente dificuldades associadas com a aplicação do método de Tarski para a linguagem natural.

Porém, podemos notar que a formalização de um modelo de compreensão da linguagem natural é um investimento insatisfatório quando não se leva em conta elementos sensíveis ao contexto. Por isso, apenas uma teoria da verdade extensionalmente adequada para uma linguagem natural não é suficiente para dar conta de formalizar o fenômeno linguageiro. Mas ainda mesmo em *Truth and Meaning* (1967) já há apontamentos para uma teoria robusta que busca relativizar o predicado de verdade, mostrando como modificar uma teoria da verdade para aplicá-la a linguagem

natural. Em outras palavras, uma teoria da verdade extensionalmente adequada para uma linguagem natural modificada a acomodar elementos sensíveis ao contexto. Podemos demonstrar isso com base no mesmo mecanismo anteriormente exposto, só que agora chamado de Português Elementar₁, já que leva em conta outros elementos anteriormente não considerados.

Temos, neste caso, uma das exigências na adaptação do modelo aos elementos contextuais que será uma teoria com um predicado de verdade adaptado e relativizado a um falante e a um tempo de enunciação. Outra exigência, como veremos, será a de adaptação dos axiomas de verdade. Talvez essa ideia esteja resumida em poucas palavras: “Algumas frases podem ser em algum momento ou em outra boca verdadeira e em outro momento ou por outra boca ser falsa” (DAVIDSON, (1967) 2001 [TM], p.33).

1. Adaptação do predicado de verdade e da Convenção-T ao contexto da enunciação

A modificação ocorrida no predicado de verdade deve ainda respeitar a Convenção-T, ou seja, uma teoria que implica frases da forma [T] deverá, a fim de satisfazer tal convenção, ter a seguinte estrutura formal:

[T] Para todo falante S , no momento t , s é verdadeiro para S no momento t SSe p .

Ao contrário das frases na linguagem formal, as frases da linguagem ordinária não são verdadeiras ou falsas independentemente do uso. Por exemplo, a frase “Eu estou com fome” e “Isto é quente” podem ser verdadeiras quando usadas por alguém numa ocasião, mas podem ser falsas em outro momento. Isto se dá devido tais frases incluírem expressões cujo *o dito* é determinado somente em relação ao contexto. Assim, para adaptar o mecanismo de Tarski para a linguagem natural, nós devemos modificar tanto a forma das frases-T quando a Convenção-T a fim de acomodar estes aspectos às frases da linguagem natural.

Para ilustrar mais concretamente vamos aplicar a Convenção-T à frase “Je suis le roi de France” ficando assim:

[1] Para todo falante S , no momento t , 'Je suis le roi de France' é verdadeiro em francês *falado por S em t* SSe S é o rei da França no momento t .

Estabelece-se então que

o essencial do método é correlacionar frases mantidas como verdadeiras com frases mantidas verdadeiras por meio de uma definição de verdade, e dentro das fronteiras de erro inteligível. Agora, a imagem deve ser elaborada a fim de levar em conta o fato de que as frases são verdadeiras, e mantidas verdadeiras, somente em relação a um falante e à um tempo (DAVIDSON, (1967) 2001 [TM], p.43)

Seguindo essa metodologia para o exemplo acima, devemos levar em conta a relativização do tempo implicado pelo verbo *ser* no presente bem como a relativização do indexical “Eu” ao falante que a profere. Assim, esperamos que a relativização a um falante e a um tempo de uso fixaria as características do contexto que é relevante para captar a verdade ou falsidade das frases em relação ao contexto do uso.

Introduzimos, então, um predicado de verdade com variantes para frases, linguagens, falantes e tempo. Por isso de maneira sintética, Davidson assume em “On Saying That” que “uma teoria da verdade para uma linguagem... irá tratar a verdade como uma relação entre uma frase, uma pessoa e um tempo” (DAVIDSON (1968) 2001 [OST], p.106, nota.16).

É preciso captar como seriam as frases da linguagem-objeto sendo compreendida em qualquer circunstância em que o falante as profere e, então, perguntar pelo que deve ser o caso para serem verdadeiras ou falsas. É sugestivo compreender as frases da linguagem-objeto como se fossem enunciadas por um falante S no tempo t , ou seja, queremos uma especificação do que vem a ser o caso para as frases serem verdadeiras quando compreendidas em relação a um falante e um tempo como *input* para qualquer determinada regra com o intuito de contribuir para elementos sensíveis ao contexto, e assim fixar suas condições de verdade (interpretativa).

Então, podemos adaptar tal convenção da seguinte forma:

[1'] Para todo falante S , tempo t , 'Je suis le roi de France' entendida quando falada por S no momento t é verdadeira em Francês SSe S é o rei da França no momento t .

O que se quer dizer com tudo isso é algo que nos diga qual o significado da frase em relação a essas instâncias da enunciação entendidas como o tempo e a pessoa. Em [1'], o lado direito do bicondicional expressa o que a linguagem-objeto expressaria quando usada por um falante naquele momento, que é justamente o que é exigido para adaptar a teoria ao contexto. Podemos dizer, portanto, que quando o lado direito de um bicondicional fornece este tipo de explicação do significado da frase denotada no lado esquerdo ocorre uma interpretação da frase da linguagem-objeto.

2. Adaptação dos axiomas de verdade

Neste momento iremos mostrar o que é para os axiomas de uma teoria da verdade numa linguagem sensível ao contexto tornarem-se interpretativos a luz da teoria com base no Português Elementar₁. Lembrando que iniciamos na construção descritiva de uma linguagem com o vocabulário do Português Elementar₀, e agora adicionaremos os termos singulares "*Eu*" e "*Isto*", para os devidos fins para que a teoria dê conta do elemento contextual, que podem ser sinônimos do "Eu" e do "Isto" no Português. Nesta seção, iremos agrupar nomes, indexicais e demonstrativos juntos lendo-os como termos singulares referenciais. Iremos tratar o predicado [é ϕ] como predicado do tempo presente, e supor que para cada predicado do tempo presente na linguagem, há um predicado do tempo passado com a forma [era ϕ]. Dessa forma, a nova linguagem irá ser chamada de Português Elementar₁.

A sugestão que fizemos acima em [1] mostra como modificar o predicado de verdade adotando dois lugares, um para falantes e outra para o tempo, tendo eles axiomas para cada predicado que dá as condições de verdade para a concatenação do predicado "*Isto*" e "*Eu*". Estes elementos servirão para incorporar a marca contextual aos axiomas de referência e uma vez que "*Isto*" e "*Eu*" têm referência somente em ocasiões em que eles são usados, axiomas de referência para estes termos são universalmente quantificados para falantes e para tempo. Por conveniência, iremos abreviar 'o referente de α para S no momento t no Português Elementar₁' como 'Ref₁ (S, t, α)'. A regra que

governa o referente de “Eu” no Português é a de que se refere a quem o está usando. A regra que governa o “Isto” no Português é a de que ele se refere a um objeto que o falante demonstra quando a utiliza. Os termos do Português Elementar₁ são os seguintes axiomas para “Eu” e “Isto”.

I1. Para todo falante S , em qualquer tempo t , $\text{Ref}_1(S, t, \text{'Eu'}) = S$.

I2. Para todo falante S , em qualquer tempo t , $\text{Ref}_1(S, t, \text{'Isto'}) =$ o objeto demonstrado por S no momento t .

Tendo introduzido uma relação de referência relativizada a um falante e um tempo, será conveniente rever os axiomas de referência originais em R1 e R2, usando a nova relação de referência. Agora podemos empregar apropriadamente duas relações de referência distintas para corresponder aos nomes e aos indexicais.

$$\text{Ref}_1(\text{'Demétrius'}) = \text{Demétrius}.$$

Para qualquer falante S , no momento t , $\text{Ref}_1(S, t, \text{'Eu'}) = S$.

Mas necessitamos separar os axiomas que estão relacionados à referência não relativizada e aqueles axiomas de referência relativizada a cada predicado. Faremos isso da seguinte maneira (para uma conveniência de notação, iremos escrever ‘ ϕ é verdadeiro₁ no Português Elementar₁ para S no momento t ’ como ‘ ϕ é (S, t)’):

Para todo nome α , [α é destemido] é verdadeiro₁ (S, t) SSe $\text{Ref}_1(\alpha)$ é destemido no momento t .

Para todos os indexicais e demonstrativos β , [β é destemido] é verdadeiro₁ (S, t) SSe $\text{Ref}_1(S, t, \beta)$ é destemido no momento t .

A vantagem de usar a mesma relação de referência é a de que nos permite estabelecer de forma mais econômica as condições de verdade para os termos singulares concatenados com os predicados. Por essa razão, iremos rescrever R1-R2 usando a relação de referência relativizada a um falante e um tempo.

R1. Para qualquer falante S , no momento t , $\text{Ref}_1(S, t, \text{'Demétrius'}) = \text{Demétrius}$

R2. Para qualquer falante S , no momento t , $\text{Ref}_1(S, t, \text{'Petrus'}) = \text{Petrus}$

Agora nos voltaremos aos axiomas das frases do Português Elementar₁, cujo alvo é relativizar o predicado de verdade a um falante e à um tempo, como discutido anteriormente. Rescrevemos Σ e adicionaremos um axioma para 'era destemido'.

Σ 1. Para qualquer falante S , no momento t , o termo singular α , [α é destemido] é verdadeiro₁ (S, t) SSe $\text{Ref}_1(S, t, \alpha)$ é destemido no momento t .

Σ 2. Para qualquer falante S , no momento t , o termo singular α , [α era destemido] é verdadeiro₁ (S, t) SSe $\text{Ref}_1(S, t, \alpha)$ é destemido em algum momento $t' < t$.

A modificação ilustrada acima descreve a teoria anteriormente explicitada no Português Elementar₀. Agora nós rescreveremos RC1 da seguinte forma:

RC1. Para qualquer falante S , no momento t , fórmula φ , [$\text{Não: } \varphi$] é verdadeiro₁ (S, t) SSe não é o caso que φ é verdadeiro₁ (S, t) .

Podemos fazer isso da mesma forma em RC2 e RC3.

Em suma, o que se quer com esses mecanismos é mostrar a nossa compreensão do que é para os axiomas terem uma base interpretativa, a linguagem descrita a ter elementos que resgatem expressões sensíveis ao contexto de maneira similar à Convenção-T de Tarski, todavia, modificada para uma teoria da verdade para a linguagem natural. Com isso, se quer dizer que um axioma para um termo referencial ou um predicado é interpretativo se – no contexto do axioma – ele interpreta os termos da linguagem-objeto.

4 VERDADE E MUNDO

4.1 O terceiro dogma do empirismo e a referência *fora* da linguagem.

Vimos que o significado considerado como entidade não tem qualquer utilidade para dar o significado das frases. Outro caminho para essa conclusão bem mais consistente do que o argumento da funda (*slingshot argument*) será um caminho implícito, embora não explicitamente articulado nos artigos de Davidson, mas que acima já vimos sem muitas explicações em relação ao emparelhamento entre metalinguagem e linguagem-objeto. A saber, uma teoria tem sucesso não pela imposição de referir-se a entidades extralinguísticas, mas por implementar um mecanismo que, em relação à atribuição do significado, compara frases da linguagem-objeto (a linguagem que a teoria tem como assunto) com frases que estão em uso em nossa metalinguagem (a linguagem da nossa teoria) que são semelhantes. Satisfazer esta condição é necessária para uma teoria do significado permitir a compressão das frases da linguagem-objeto, sem apelar a tais entidades. Isso irá sugerir que uma teoria da verdade que satisfaz algumas restrições “pode atingir seus objetivos não mais com recursos a metafísica que são requeridos pela teoria da referência” (LEPORE 2005, p.20).

Ao invés disso, Davidson mostra que a metodologia será a de que uma frase na metalinguagem está emparelhada com uma frase da linguagem-objeto que a interpreta. “Esse emparelhamento encontra uma forma sistemática de comparar os predicados da metalinguagem com os predicados da linguagem-objeto de modo a obter frases-T aceitáveis” (DAVIDSON, (1973) 2001 [RI], p.151). Neste caso, nossa atenção deve estar voltada para a Convenção-T que possibilitará a convergência de atos referenciais do falante e do intérprete durante a comunicação.

Segundo Lepore “a utilização desse mecanismo é uma das razões para a inutilidade do significado como entidade na busca de uma teoria composicional do significado” (LEPORE 2005: 55). Tal mecanismo esboçado tem como chave o seguinte ponto: compreender uma frase não é conhecer seus referentes, mas sim, ter uma definição recursiva da verdade para a linguagem-objeto em que os referentes estão

sendo dados, não *fora* da linguagem, mas dentro dela mesma, porém em outro nível da linguagem, a saber, na metalinguagem.

Esse procedimento revela mais uma das peculiaridades da semântica do programa de Davidson, pois sua teoria do significado nos leva a pensar a referência sendo construída dentro da metalinguagem, ou seja, dentro da linguagem do interprete, a contragosto das teorias da referência e do significado que a entendiam como algo *fora* da linguagem. A referência, pois, não é mais pensada ingenuamente como uma entidade que está isenta da instanciação da própria linguagem e que se dá *fora* dela, mas, ao contrário, se faz numa relação entre metalinguagem e linguagem-objeto. A referência é, neste momento, então uma transposição ou transcodificação da metalinguagem em relação à linguagem-objeto, da linguagem do outro.

O emparelhamento entre os níveis de linguagem é, portanto, um mecanismo que já no seu procedimento manifesta, se visto com atenção, a passagem da abordagem lógico-semântica para a abordagem interpretativa. Esse é o passo decisivo para considerar a insuficiência de uma teoria da verdade extensionalmente adequada insensível ao contexto e seguir em direção a uma teoria adaptada as linguagens naturais que considera as instâncias formais da enunciação, ou seja, a postura de levar em conta categorias de pessoa, tempo e espaço como, por exemplo, *eu, aqui e agora*, que são instâncias formais para a condição de possibilidade e articulação do sentido de qualquer frase em qualquer contexto. Com esse procedimento, temos uma convenção adequadamente modificada para uma linguagem natural disposta a acomodar elementos sensíveis ao contexto. E, como elemento precípua, já apresenta uma metalinguagem, que logo de pronto se apresenta como transposição ou tradução e como operação fundamental de constituição do sentido da fala do outro.

O desenvolvimento desse procedimento será essencial na crítica à teoria da verdade como correspondência, na medida em que tal mecanismo tem como pano de fundo uma crítica muito contundente à ideia de *sense data* ou dado bruto, englobadas naquilo que Davidson chama de *terceiro dogma do empirismo*. Embora Davidson não fale diretamente sobre até onde nos leva esse terceiro dogma, é fácil inferir que ele constitui um dos fundamentos da teoria da verdade como correspondência e da teoria do significado que leva em conta entidades extralinguísticas para a sua significação. Tal crítica se encontra em *On the Very Idea of a Conceptual Scheme* (1974), artigo em que Davidson tece críticas ao artigo *Two Dogmas of Empiricism* (1961) de Quine, mostrando que esse ainda cai no que poderíamos chamar de o terceiro dogma do empirismo. Para

Davidson, boa parte da filosofia moderna – racionalismo e empirismo - resvala num dilema gestado por um equívoco ainda situado nas suas bases teóricas e que está impregnado na sua forma de filosofar. Tal dilema é nomeado de dualismo entre esquema-conteúdo que, segundo Davidson, nos dá uma imagem equivocada da resolução dos problemas filosóficos, mas que dominou e definiu os problemas da filosofia moderna. Todavia, segundo Davidson, tal dualismo produz metáforas estranhas que nos conduzem ao erro filosófico. A imagem é a seguinte: temos uma rede de conceitos que formam um esquema que configura os nossos pensamentos. Em contraposição, temos algo do lado de *fora* da linguagem que se relaciona com os conceitos, enxertando-os com matéria ou conteúdo. Nesta visão, os esquemas conceituais organizam o material proveniente da experiência, no caso, os *sense data* que advém do contato que se tem com o mundo. Portanto, os esquemas são preenchidos com esse material extra-conceitual, que fornecendo os conteúdos tem-se a ideia de que as entidades que habitam o mundo dependem da forma como o *continuum* ou o *dito* “real” é recordado. Nas palavras de Davidson, tal postura teórica tem a seguinte imagem equivocada: esquemas são “modos de organizar a experiência; são sistemas de categorias que dão forma aos dados dos sentidos” (DAVIDSON, (1974) 2001, [VICS], p.183.).

Temos então, segundo essa proposta, um “real cego” ou um dado bruto (ancorado no *mito do dado* como alguns chamam) que está fora de qualquer quadro interpretativo, isento de conceptualização. Apresenta-se então equivocadamente a imagem dualista de uma matéria organizada por esquemas conceituais, a qual “é essencial para essa ideia [de esquema conceitual] que haja algo neutro e comum que se situe *fora* de todos os esquemas” (DAVIDSON (1974) 2001 [VICS], p.190. *grifo nosso*).

É justamente aí que há uma crítica indireta à teoria da verdade como correspondência, pois essa tem seus fundamentos arraigados no realismo, no qual os fatos ou estados-de-coisas seriam instâncias neutras que independem das nossas crenças para existir ou estão fora de qualquer quadro interpretativo, situado *a partir de lugar nenhum*. A teoria da correspondência quer, então, nos induzir a falar “objetivamente” do mundo a partir desse *lugar nenhum* e, com isso, falar seguramente dele. É como se saíssemos da linguagem e pudéssemos ver se a linguagem encaixou com um mundo desnudo, fora de qualquer conceptualização, fora do espaço das razões. Ora, depois da reviravolta linguística [*linguistic turn*] não é mais possível conceber esse *algo* ou

realidade como estando *fora* da linguagem, bem como fora do nosso conjunto de crenças, pois tal reviravolta nos mostra que essa mesma realidade se diz somente por meio da linguagem. Portanto, não somos um terceiro homem que afere o sucesso da correspondência entre esquema e conteúdo. Portanto, podemos dizer que ao invés de procurar um referente ou um elemento extralinguístico no intuito de elaborar uma teoria semântica adequada, em Davidson, podemos dizer que essa referência não é eliminada, mas que é constituída na própria linguagem, ou melhor, “(...) frases são verdadeiras e as palavras referem-se a alguma coisa, relativamente a uma linguagem” (DAVIDSON, 1977 2001 [RWR], p.240).

Atingir seus objetivos não mais com recursos metafísicos que são requeridos pelas teorias da referência e do significado será enxergar na semântica davidsoniana uma inovação no tratamento do significado. É ver a sua radicalidade em conceber a *linguistic turn* na sua filosofia e na descrição do funcionamento da linguagem natural. Localizar ou discriminar a referência e a verdade *dentro* da própria linguagem e não *fora* dela com base numa semântica linguística é uma forma de eliminar os resquícios de uma ontologia não revirada linguisticamente. O campo referencial, agora, não é estabelecido por objetos, entidades ou estado de coisas tal qual na ontologia clássica, agora é construído por uma linguagem que dá suas próprias coordenadas que no seu programa é, especificamente, explicitado por sua semântica.¹¹ A verdade não é mais uma instância concebida *a partir de lugar nenhum*, mas sim de uma *verdade-em-L*. Essa *verdade-em-L* dá as coordenadas dentro do seu campo dêitico e de seu campo de presença. Só há sentido, referência e atenção conjunta entre interlocutores dentro de um quadro de referência transcodificado em linguagem. As coordenadas da referência de um falante são compreendidas por um ouvinte, mas são interpretadas graças à Convenção-T pelo ouvinte. Porém, não sabemos como se dá a cadeia causal da referência do falante ou do ouvinte, o que podemos fazer é traduzi-la pela Convenção-T e estabelecer a *verdade-em-L*, por isso a convenção já é suficiente para fornecer o conteúdo.

Podemos por meio desse raciocínio inferir que é manifestado um problema na teoria da correspondência, na medida em que ao invés de termos objetividade como ela almeja oferecer, do contrário, temos um relativismo ontológico que confusamente

¹¹ Temos em Davidson uma ontologia amplamente arraigada pela semântica. (Cf. *The Method of Truth in Metaphysics* (1977)) porém mesmo assim, não há uma renúncia completa ao mundo para a significação, como ele mesmo diz no início do seu programa. (Cf. *True to the Facts* (1969), porém sem a ideia de confrontação).

baseado em *uma* realidade, pode existir vários esquemas que enfrentam de maneira diferente o tribunal da experiência, evidenciando várias formas de ajustar os *inputs* sensíveis. Em outras palavras, tem-se uma ontologia que depende da linguagem; um esquema, uma linguagem que conforma seus próprios objetos, com seus próprios esquemas de individualização, ou seja, uma ontologia relativa à linguagem. Já em Davidson, apesar da referência na comunicação ser forjada *dentro* da Convenção-T, ainda há a aposta numa ontologia mínima (de eventos), barrando o avanço do relativismo em relação à comunicação e a referência, portanto, evitando a inescrutabilidade, a vacuidade da linguagem e o relativismo ontológico.

Em suma, temos o escamoteamento da imagem de que haveria algo em comum do lado de *fora* dos esquemas e que tornaria inteligível a ideia de relativismo ontológico, bem como a ideia de incomensurabilidade entre os vários esquemas conceituais, pois tais esquemas poderiam organizar essa mesma base comum de forma completamente diferente, desembocando numa relativismo linguístico que parte da ideia de que existem diferentes esquemas, de modo que o "que é considerado como real em um sistema pode não ser em outro" (DAVIDSON, (1974), 2001 [VICS], p.183). Dessa forma, teríamos estruturas gramaticais que não podem ser traduzidas sem que ocorram problemas com a distorção do significado.

Ora, tal visão tem como pressuposto um ponto de partida duvidoso, a saber, a de que podemos sair da nossa rede conceitual e ver os "dados" pelo lado de *fora*, por uma espécie de "olho de Deus" [*God's eyes*], uma realidade "nua" ainda não instanciada pela linguagem e que nos levaria a diferenciar esquemas e a detectar a realidade comum não-organizada ou não-conceptualizada. Mas Davidson nos mostra que esse *algo* não interpretado e fora do espaço conceitual será algo inalcançável, um equívoco filosófico. Esse, portanto, é o terceiro dogma do empirismo.

Por essa via teríamos uma visão equivocada em que se têm esquemas conceituais que podem repartir o bolo da realidade de forma completamente diferente uma da outra e ainda, por cima de tudo, serem não traduzíveis (incomensuráveis) entre si. Assim, a possibilidade de uma dita linguagem não interpretável nos mostra que esse dualismo é um equívoco. Algo dessa natureza não pode contar nem como esquema conceitual desconhecido, como *algo* comum fora de qualquer interpretação ou, até mesmo, como *algo* ou atividade verbal radicalmente estranha.

Essa crítica está baseada na ideia de que no momento em que encontramos discordâncias entre os ditos esquemas conceituais já estamos situados num pano de

fundo comum, numa linguagem de fundo que possibilita a polêmica ou discordância. Quando captamos uma linguagem que não possa hipoteticamente ser traduzida, ou seja, incomensurável como, por exemplo, equivocadamente mostram as teses dos linguistas Edward Sapir e Benjamin Whorf (1956) sobre comunidades nativas americanas, na verdade, por pressuposição já a captamos como linguagem, como *algo* e, portanto, passível de ser comensurável, inter-traduzível e que tem sentido manifestado. Ora, considerar algo em comum já é enxergar uma “comensuração”, um sentido articulado, uma atenção conjunta, portanto, um *algo* passível de ser transcodificado para outra linguagem. Dessa forma, a polêmica, discordância ou a diferença só fazem sentido sobre esse pano de fundo comum que se mostra ao mesmo tempo no nível conceitual e ontológico. Enxergar intencionalidade numa ação já é estar traçando pontos de concordância e que há seres racionais com ações investidas proposicionalmente. E, conseqüentemente, uma linguagem completamente incomensurável seria um postulado equivocado, na medida em que nem mesmo conseguiríamos reconhecê-la como linguagem caso fosse totalmente diferente assim. Podemos concluir então que dar sentido ao *outro* envolve a busca de pontos em comum e as diferenças são calibradas de acordo com essa base, um sistema de coordenadas compartilhado nos induzindo a pensar que essa base comum só admite *uma* ontologia, mesmo tendo várias linguagens lhe abarcando e um esquema conceitual com apenas erros parciais de tradução. Temos, então, a hipótese de que faz sentido um esquema conceitual alternativo somente se nós temos um critério de identificação. Diante desse quadro, Davidson ainda nos alerta que “é claro que a verdade das frases continua relativa à linguagem, mas ela é tão objetiva quanto se pode ser”. (DAVIDSON, (1974) 2001, [VICS], p.198).

A reboque desse dualismo esquema-conteúdo¹² estão outros dualismos subjacentes como, por exemplo, objetivo-subjetivo, pensamento-realidade, mente-corpo etc. No caso do dualismo esquema-conteúdo está a ideia equivocada de que além dos dados sensíveis fornecerem o conteúdo empírico para os esquemas conceituais, tem como pressuposto fornecer elementos não-conceituais à consciência, imediatamente dados à consciência, existindo como elemento pré-conceitual, fora do espaço das razões ou da linguagem. Por isso Davidson diz: “Nada, contudo, nenhuma *coisa*, torna frases e teorias verdadeiras: nem experiência, nem irritações de superfície, nem mundo podem tornar uma frase verdadeira” (DAVIDSON, 1974 (2001) [VICS], p.194), pois estes

¹² No final do seu artigo sobre o dualismo esquema/ conteúdo, diz que rejeita-lo não significa rejeitar o mundo. Cf. DAVIDSON, 1974 (2001) [VICS], p.198.

seriam como se fossem elementos pré-conceituais prestes a serem organizados por esquemas.

Tais evidências seriam anteriores a qualquer conteúdo proposicional e, portanto, consta como uma proposta teórica equivocada para dar conta do que pode ser considerado verdadeiro ou falso, já que elas não teriam qualquer investimento de valor que são anteriores à conceptualização. O que Davidson quer com essa visada é mostrar que a os conteúdos nos chegam já de forma conceitual. Porém, o correspondentismo e as teorias do significado e da referência que tentam associar o significado a entidades extralinguísticas parecem, ao nosso ver, querer unir uma unidade conceitual como, por exemplo, os enunciados a outra não-conceitual como, por exemplo, os fatos, ou seja, relacionar uma linguagem à uma realidade pré-dada linguisticamente, não conceptualizada, completamente desnuda.

Agora podemos entender o porquê da escolha de Davidson pela Convenção-T, pois somente ela nos fornece tudo o conteúdo que precisamos dado na transposição ou no emparelhamento entre linguagens e não, como a teoria da referência nos mostra, em algo *fora* da linguagem.

4.2 A semântica não referencial

Fora mostrado que uma teoria da correspondência tenta esclarecer a complexa relação entre linguagem e mundo, porém tal empreendimento teórico é minado pelas críticas de Davidson ao conceito de referência, um conceito que pareceria essencial para tal relação, porém apontado como inadequado para uma teoria do significado. Seguindo outros passos, constrói sua crítica apresentando uma semântica que tenta solucionar o problema da relação entre linguagem e *realidade*, sem depender do conceito de referência. Uma semântica não referencial.

Além dos argumentos anteriores podemos elencar ainda mais motivos situados na base do programa de Davidson quanto à rejeição da utilização desse conceito. Pode-se dizer seguramente que não necessitamos do conceito de referência,

(...) pois se há uma maneira de atribuir entidades à expressões (uma maneira de caracterizar a “satisfação”) que produza resultados aceitáveis com respeito as condições de verdade das orações, haverá

outras inúmeras maneiras a mais de fazê-lo igualmente bem. Não há nenhuma razão para chamar de ‘referência’ ou ‘satisfação’ qualquer uma dessas relações semânticas (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.224)

E mais, “não há uma forma de dizer qual é a maneira correta de conectar palavras com coisas; se uma maneira funciona, então, haverá uma infinidade de outras maneiras que também funcionam” (DAVIDSON, (1997) 2001, [IA], p.78). Portanto, “a relação de referência entre objetos e palavras é relativa a uma eleição arbitrária de um esquema de referência (ou manual de tradução)” (DAVIDSON, (1977) 2001, [RWR], p.227). Seu descarte se dá por ser uma relação arbitrária entre língua e mundo onde qualquer sujeito pode ter sucesso para desenvolvê-la com base no uso pessoal da língua¹³. Dessa forma, elimina-se o conceito de referência, na medida em que ela é uma relação arbitrária entre linguagem e mundo e que não nos dá as condições de verdade da frase. Por isso a comunicação é um acordo de *idioletos* que são compreendidos graças à teoria. E, como mostrado anteriormente, a significação não depende da referência do signo com o que ele designa. Dispensa-se, portanto, o papel da referência para uma teoria adequada do significado, na medida em que esse conceito somente existe em função de um conceito subjacente a ele, a saber, o conceito de verdade.

Todavia, o que teremos na semântica de Davidson, já que houve o descarte de um conceito tão utilizado pela tradição? O que resta, grosso modo, será a Convenção–T como fundamento para explicar o significado das frases e a possibilidade de sua expressão, ou seja, essa convenção é suficiente para explicar o significado das frases de uma linguagem e dar conta da comunicação. Sua tese é a de que tudo o que um intérprete precisa saber para conhecer o significado das frases de um falante está dado formalmente nessa convenção. “Esse método evita todo apelo ao conceito de referência” (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.217), não explicando ou analisando-o.

4. 2.1 Uma teoria adequada do significado não apela para conceitos semânticos

Acompanhando esse percurso teórico também é esclarecido que uma das exigências para uma teoria do significado é, segundo Davidson, justamente não utilizar

¹³ Podemos entender por idioleto o uso pessoal da língua, com todas as variáveis possíveis no nível da expressão ou dos significantes.

alguns conceitos semânticos, pois os tais geram explicações circulares. Dessa forma, a definição de um predicado de verdade para uma linguagem não deve apelar à qualquer noção semântica a mais, ou seja, a teoria mostra como caracterizar a verdade para qualquer frase dada sem apelar a recursos conceituais não disponíveis nessa frase.

Então, se exclui aí termos como, por exemplo, *significa*, *sinonímia* e outros, dentre eles está o conceito de referência¹⁴. Para Davidson, esse não é maneira correta de se fazer semântica.

Cabe-nos, portanto, fazer a mesma pergunta que Davidson fez no início do seu artigo *Reality without Reference (1977)* com relação ao conceito de referência: por que a referência não desempenha uma função essencial na explicação da relação entre linguagem e realidade? Qual o dilema (aporia) da referência? Como explicar a linguagem e a comunicação sem o conceito de referência? O que faz com que uma palavra ou frase tenha um significado? Para Davidson, não será o conceito de referência, um conceito tão intuitivo, porém se tratado de maneira adequada será útil.

Temos nesse artigo as objeções que estão ligadas à teoria da referência por cometer o erro de não levar em conta à dimensão composicional – proposta que já explicitamos em demasia - e por ainda estar arraigada no *primado da palavra*. Ao contrário de Davidson que tem sua teoria ancorada no *primado da frase* como unidade mínima de sentido. Por isso vimos que dentro do seu programa somente estabelecer a referência de uma palavra não é o suficiente para dar conta de como descrever o funcionamento da linguagem natural. Esse mecanismo que tem seu aporte na referência também não explica como todas as palavras juntas produziriam o significado da frase por completo (explicitado pela dimensão composicional da linguagem natural). Ao contrário, como vimos, gera uma inflação do significado. O conceito de referência ainda estaria numa relação entre nomes próprios e o que eles nomeiam, entre termos singulares complexos e o que eles denotam, entre predicados e entidades para as quais eles são verdadeiros. Os predicados se apresentam em qualquer grau de complexidade, uma vez que eles podem ser construídos a partir de conectivos e variáveis e os termos singulares podem ser complexos. Apelar para nomes próprios e predicados será um problema, já que sua proposta não lança luz sobre as palavras, nomes próprios ou

¹⁴ Davidson recebeu críticas à essa postura teórica (cf. Harman em *Meaning and Semantics, 1974*), pois tal empreendimento minava as pretensões da teoria de dar uma consideração completa da verdade das orações. Hartry Field também diz que uma teoria da verdade ao estilo de Tarski é somente uma parte de uma teoria da referência completa (*Tarski's Theory of Truth, 1972*), mostrando que devemos ainda agregar uma teoria da referência para os predicados e os nomes próprios.

predicados, mas sobre as frases, sendo a unidade mínima de significação. As palavras não têm outra função a não ser desempenhar um papel determinado sintaticamente nas frases. Não se pode esclarecer o papel da palavra sem esclarecer o papel das frases. Se não for assim, “não há chance de explicar a referência diretamente em termo não linguísticos” (DAVIDSON, (1977) 2001, [RWR], p.220). Eis então o primado da frase.

Dentro desse universo teórico do primado da palavra, há duas abordagens da teoria do significado para Davidson. A abordagem clássica – abordagem dos blocos de construção [*Building-Block Approach*] – que analisa as palavras, começando com o simples indo em direção até o complexo para dar uma caracterização não linguística da referência. E temos também o *método holístico* que começa com o complexo (frases) e abstrai suas partes¹⁵. O primeiro não é possível, pois não podemos dar uma caracterização não linguística da referência. O segundo começa a partir das orações onde se tem esperanças de conectar a linguagem à um comportamento descrito em termos não linguísticos. Mas parece ser incapaz em dar uma consideração completa das partes das orações e, sem uma explicação dessa natureza, é impossível explanar a verdade. A abordagem dos blocos de construção mostra que tendo explicado diretamente as características semânticas dos nomes próprios e dos predicados simples, poderíamos passar a explicar a referência das frases e de predicados complexos, e assim poderíamos caracterizar a satisfação e finalmente a verdade (de uma frase). Priorizar a palavra em detrimento da frase como unidade mínima é, portanto, proposta metodológica desse movimento. Em J.J. Katz, podemos atribuir a teoria clássica do significado justamente a essa tese de que “conhecer o significado de uma palavra é a base para falantes usarem-na para fazer referência” (KATZ, 1979, p.103).

Por outra via, temos os críticos, em especial Hartry Field e G. Harman, que argumentam que uma teoria da verdade não pode servir como uma teoria do significado, pois ela falharia em elucidar o conceito de referência a qual ela se baseia.¹⁶ Em resposta, Davidson explica que as teorias da verdade não precisam analisar o conceito de

¹⁵ Incluindo as teorias supracitadas, às quais Davidson priva da ideia de referência qualquer utilidade semântica, pois elas têm uma abordagem circular, segundo Ramberg (1989), há também outras duas teorias do significado e da referência escamoteadas por ele: a teoria intensionalista com Fodor e a teoria causal da referência com Hilary Putnam (1962, 1975) que ainda procedem sobre a hipótese de que há uma relação de referência para ser esclarecida.

¹⁶ Devitt também descarta qualquer dependência semântica da referência para explicitar o conceito de verdade. Ver *Realism and Truth*, p.170. Embora assuma que a evidência para uma explicação semântica está no nível da frase, não concebe que a verdade e não a referência é o lugar do “contato direto em teoria linguística, eventos, ações e objetos descritos em termos não linguísticos” (cita Davidson. (1979) 2001 [VICS], p.219)

satisfação e referência¹⁷ uma vez que esses são *caracterizados de forma recursiva*, cuja exigência é a de que o vocabulário básico seja finito para que cumpra as exigências por motivos de capacidade de aprendizado da linguagem¹⁸ e dê conta de explicar a compreensão linguística. Tal proposta vai de encontro à abordagem dos blocos de construção da linguagem, negligenciadora do primado semântico da frase. Davidson neutraliza essa postura, na medida em que “uma análise mais radical da linguagem e da comunicação abre mão da abordagem dos blocos de construção em favor da frase como foco da interpretação empírica” (DAVIDSON, (1977) 2001, [RWR], p.220). Essa primazia só pode ser reconhecida por fazer menções às *estruturas sentenciais e verdade* como um dos conceitos centrais. Obviamente, nesta visada, as teorias da verdade são testáveis apenas no nível sentencial e não naquele de referência sub-sentencial (palavras) proveniente da abordagem atomista do significado.

Portanto, é um grave equívoco apostar que fixando a referência de uma dada expressão tem-se como pressuposição dar conta do seu sentido ou significado que seria anterior à maneira pela qual a expressão é realmente usada. Sem uma explicação especificando o sentido de uma expressão previamente e suas possibilidades de combinação para gerar sentido, não há como dizer, em qualquer instância particular de seu uso, se isso refere com sucesso.

Já a Teoria Causal da Referência *grosso modo* tenta explicar o poder das palavras para referir a objetos em termos de cadeia causal envolvendo os objetos e nossa representação linguística desses objetos. Se um termo particular designa um objeto particular, então, é preciso saber a ligação causal que sustenta a relação entre objeto e os usos nossos dos termos¹⁹. Segundo Stampe, a teoria causal “deve encontrar o processo natural que subjaz à relação legítima sustentada entre as características da representação e as características das coisas representadas” (STAMPE, 1979, 87). Para alguns como Fodor, uma teoria causal da referência deve dizer-nos o que a referência de um termo seria, quais causas sustentam certas relações causais. (FODOR, 1987, p.99). Deve-se, em outras palavras, representar a relação causal entre representação e referente nomologicamente, ter uma generalização ao estilo de lei, sem isso não há poder de previsão ou explanação.

¹⁷ Cf. DAVIDSON, D. *The Method of Truth in Metaphysics*. (1977)

¹⁸ Cf. DAVIDSON, D. *Theories of Meaning and Learnable Languages*. (1965)

¹⁹ Podemos ver trabalhos que se esforçam para dar uma explicação causal da referência em Jerry Fodor (1987); Michael Devitt (1981, 1985), Hartry Field (1972,75, 78), Kripke (1972).

Segundo Ramberg (1989), Fodor fornece um argumento sustentado a opinião de que nós podemos descrever em termos não-semânticos a conexão causal suposta para determinar a referência. Mas, o ponto que Ramberg demarca mostra que isso não é impossível, mas para o propósito de uma teoria da interpretação e para as complexidades da comunicação isso é insuficiente, pois a questão que deve ser empírica sobre uma teoria é precisamente se esta descrição realmente captura a referência. E para resolver esta questão seria necessário ser capaz de descrever em termos não semânticos consequências testáveis independentemente da generalização causal que compõe a teoria. Mas isto não pode ser feito. Sem assumir que a nossa atribuição de referência da teoria causal é verdadeira, a única maneira de descobrir se uma expressão particular refere-se a um objeto particular é ver como aquele termo afeta o valor de verdade da frase em que ela ocorre. (RAMBERG, 1989, p.26).

Outro problema dessas posturas semânticas que Davidson pontua é mostrar que o conceito de referência nada mais é do que uma *abstração semântica* (DAVIDSON (1967) 2001 [TM], p.34, *grifo nosso*), um termo abstrato usado para dar conta de explicar a compreensão linguística, porém, só pode ser definido por outro conceito, a saber, o conceito de verdade. Portanto, tal resolução encontra na sua própria fonte um equívoco, já que o problema se torna ilusório quando não há como encontrar uma maneira não circular de caracterizar a referência, já que o conceito de referência é uma abstração²⁰.

Explico tal visada. Ela mostra que termos teóricos como *referência* e *significado* parecem já ser expressões semânticas aplicadas a uma linguagem, características de uma linguagem que estabelece expressões semânticas para a si própria. Quando digo como aporte axiomático que “*x* refere-se à casa” estou usando uma linguagem fechada composta de expressões semânticas que são aplicados às próprias frases dessa mesma linguagem, portanto, uma característica da metalinguagem. Nesta frase, O sujeito da enunciação está projetado para fora de si, estando em outro nível, numa perspectiva objetivante, como é o caso do conceito de verdade, que projeta uma metalinguagem que tem como assunto uma linguagem-objeto. O conceito de referência, portanto, é usado como se saíssemos da linguagem em uso para nos pôr em outro nível, a saber, na metalinguagem. De maneira *metodológica*, saímos da própria linguagem para nos voltarmos para ela mesma como sugere intuitivamente o correspondentismo. Porém,

²⁰ Cf. DAVIDSON, D. The Second Person (1992).

não há esse *fora*, – algo não-interpretado ou um *dado nu* -, mas apenas uma *projeção* ou um simulacro para fora de si simulada por esse *mecanismo reflexivo* característico da própria linguagem, já que aceitar esse *fora* seria, como vimos, seria aceitar o terceiro dogma do empirismo. A linguagem no seu jogo entre metalinguagem e linguagem-objeto cria esse efeito de distanciamento que simula um *efeito de realidade*, mas na verdade não saímos dela, pois tal *efeito de realidade* é apenas uma das astúcias da linguagem que simula apontar para fora dela mesma.

Se a referência é uma abstração, então, não pode ser a fonte de importância explanatória de uma teoria da verdade, não importa como nós tentamos interpretar isso, porque a única maneira de testar qualquer interpretação é traçar seus efeitos sobre o valor de verdade das frases, isto é, testá-la contra a verdade. Também por isso, palavras individuais, segundo Davidson, não tem significado, pois

não estava no acordo oferecer também os significados das partes atômicas (...) compete-nos, portanto, rephrasear, nossa exigência por uma teoria satisfatória do significado a fim de não sugerir que as palavras individuais devam ter significado, em algum sentido que transcenda o fato de que elas têm um efeito sistemático sobre os significados das frases em que ocorrem (DAVIDSON, (1967) 2001 [TM], p.18)

Assim para ele, “nós atribuímos significado a cada item na estrutura [da palavra] somente como uma *abstração* a partir da totalidade da frase em que se caracteriza” (DAVIDSON, (1967) 2001 [TM], p.22, *grifo nosso*). Por isso a única maneira de dar conteúdo à noção de que o significado de uma frase depende do significado de suas partes, é fornecer uma teoria que dá a estrutura da linguagem como um todo abstraindo a partir do seu potencial infinito de frases efeitos sistemáticos sobre os valores de verdade daquelas frases de várias maneiras de combinar as partes.

Em relação à verdade, segundo a semântica clássica, uma teoria da verdade que não dê relevância para o conceito de referência teria, sem dúvida, grandes dificuldades para dar conta de explicar a linguagem e a comunicação. Engajado nesta proposta, H. Field mostra que uma teoria da verdade ao estilo de Tarski é somente uma parte de uma teoria completa. Pensa que devemos em acréscimo adicionar uma teoria da referência para predicados e nomes próprios. E mais, seu argumento a favor da referência era de

que ela era necessária para completar uma consideração da verdade. Mas a teoria exposta por Davidson mostra que as características semânticas das palavras não podem considerar-se básicas para a interpretação da teoria. Todavia, Davidson indica que por traz de tal conceito há uma série de problemas envolvendo reificação e parasitismo. Portanto, o que pode dar conta do funcionamento da linguagem e da comunicação não envolve irrevogavelmente uma análise do conceito de referência, pois é derivado de outro conceito mais primitivo, no caso, o conceito de verdade.

O conceito que pode ser analisado em termos não linguísticos é o conceito de verdade, que é eminentemente extensional. Assim um dos objetivos do programa de Davidson é abordar o que ele mesmo considera o problema central da filosofia da linguagem, ou seja, a explicação de conceitos como o de significado linguístico, verdade, referência etc. E para que a explicação não seja circular, a análise deve basear-se em noções não semânticas.

Mas o que dá conta da explicação da compreensão linguística, da comunicação e da linguagem e do significado das frases? Será uma teoria da verdade ao estilo de Tarski, mas com algumas modificações. Interpreta então a convenção-T de modo invertido, pondo o conceito de verdade como base. Não como faz Tarski que utiliza o conceito de significado para esclarecer o conceito de verdade, mas para explicar o significado das frases e a possibilidade da compreensão. Considera a noção de verdade como primitiva e vê a Convenção-T como suficiente para explicar o significado das frases de uma linguagem. Com isso, não mais utiliza o conceito de referência para dar conta da compreensão, pois dentro da semântica davidsoniana esse “não é o lugar onde se detecta um contato direto entre teoria linguística e eventos, ações ou objeto descritos em termos não-linguísticos” (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.219).

Para explicar a relação entre o falante de uma língua, a palavra e o objeto será primeiro preciso explicar o papel da palavra nas orações como fizemos nos exemplos do Português Elementar₀ e Português Elementar₁. E fazendo isso não há chances de explicar a referência diretamente em termos não-linguísticos. Portanto, “uma teoria da verdade não lança luz sobre as características semânticas do vocabulário básico de predicados e nomes” (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.218). Essa é uma das justificativas para abandonar a abordagem dos blocos de construção. Então, nem a abordagem dos blocos de construção nem a abordagem holística servem para dar conta do significado, da comunicação e da competência linguística.

4.2.2 Verdade e Convenção-T

Agora, podemos elencar as razões pelas quais a Convenção-T é aceitável como critério da teoria:

1) As frases-T são claramente verdadeiras (pré-analiticamente), algo que poderíamos reconhecer somente se já compreendemos em parte o predicado “é verdadeiro”.

2) A totalidade das frases-T fixa singularmente a extensão do predicado de verdade. O interesse de uma teoria da verdade, vista como uma teoria empírica de uma linguagem natural não consiste em dizer-nos o que é a verdade em geral, (isso é impossível para Davidson depois de Tarski ²¹) mas em “revelar como a verdade de cada frase de uma L particular depende de sua estrutura e componentes” (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.218).

Portanto, “uma teoria da verdade mostra que as características das palavras não podem ser a base para a interpretação da teoria”. (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.221). Assim “a maquinaria de termos, predicados, conectivos e quantificadores não estão abertas à confrontação direta com a evidência”. (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.223). “Nenhuma teoria explica a referência, não atribui diretamente um conteúdo empírico a relações entre nomes ou predicados e objetos. Essas relações recebem indiretamente um conteúdo quando estão nas frases-T” (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.223). Não diz o que é considerado como evidência para a verdade de uma frase-T, mas cumpre mostrar como se pode dar apoio à teoria por meio de relacionar frases-T com a evidência, e nada mais. Ou seja, a base evidencial somente pode ser o valor de verdade que nós atribuímos às frases. Por causa da noção (conceito) de verdade podemos determinar o que conta como evidência para a verdade de uma frase-T. pois, “se há uma maneira de atribuir entidade às expressões que produza resultados aceitáveis com respeito às condições de verdade das orações, haverá inúmeras maneiras a mais de fazê-lo igualmente bem” (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR], p.224).

Dessa forma, para Davidson, o lugar correto para se pensar a semântica é a verdade e não a referência. A semântica é esclarecedora na medida em que localiza um “lugar onde haja contato direto entre teoria linguística e eventos, ações, ou objetos

²¹ Cf. DAVIDSON (2000).

descritos em termos não linguísticos” (DAVIDSON (1977) 2001 [RWR], p.219). O problema é que as teorias clássicas posicionam equivocadamente esse lugar. Segundo Davidson, o lugar é equivocado entre a abordagem dos blocos de construção, pois ela toma o ponto de contato empírico como sendo o encaixe sobre o mundo de nomes próprios e predicados simples na relação de referência. A ideia é encontrar uma maneira de descrever esta relação em termos não linguísticos, encontrado somente no conceito de verdade. Os teóricos causais esperam fazer isso mais ou menos diretamente, enquanto intensionalistas como Katz (1979) querem fazer isso indiretamente definindo a referência-tipo em termos de sentido e dando conteúdo ao sentido ligando isso a estrutura linguística inata chomskyana. Se elas funcionam, elas forneceriam uma base para construir o resto da semântica, incluindo a relação de verdade. Mas ambas falham. E falham pela mesma razão: por causa da sua concepção atomista do significado.

Davidson entende que trilhar tal caminho seria conduzir a semântica para o lado errado, pois é na atribuição de verdade que a conexão ao mundo deve ser feita. Significativos pedaços da linguagem são os que têm impacto empírico, e tais pedaços são frases (ou palavras usadas como frases). Todavia, mesmo frases não são independentemente significativas no sentido de ser o veículo de verdade ou falsidade. Frases são significativas somente embutidas dentro de uma larga estrutura, a linguagem.

E mais, a abordagem clássica não atribui qualquer significância especial à linguagem como um todo, mas Davidson toma a linguagem como uma totalidade, mostrando ter uma teoria holística do significado, apontando a linguagem como um agregado. Algo que não acontece com a teoria causal da representação e as teorias intensionalistas do significado, já que elas querem 1º) determinar *a que* (a entidade) a expressão em seu domínio refere; 2º) explicar em termos não linguísticos *como* é que elas referem. Supõe então explicar como é que as frases tem o valor de verdade que eles têm. Mas nem um tipo de teoria produz teoremas que são testáveis contra evidências disponíveis independentemente de conceitos linguísticos. (RAMBERG, 1989, p.35). Nem a abordagem sobre a relação causal entre palavras e objetos nem a abordagem sobre a natureza da estrutura inata chomskiana são verificáveis sem conhecer as condições de verdade da frase.

Em suma, o conceito semântico de verdade irá nos fornecer um conceito que pode substituir a função que a referência estava endereçada a cumprir. Nós agora usamos o conceito de verdade para explicar o que as palavras significam, e jamais explicar as condições de verdade das frases em termos da referência de seus

constituintes, mostrando que a referência é um conceito a ser substituído como o critério da semântica.

O que Davidson nos chama a atenção é que o conceito que nós precisamos é dado por uma teoria tarskiana da verdade porque ela trata palavras e a relação estrutural entre palavras como abstração a partir da totalidade da linguagem a maneira de seu holismo. Devemos abandonar a tentativa de dar conteúdo independente de outros termos semânticos sem apelar para o conceito de verdade. Tais conceitos são postulados que nós precisamos para implementar uma teoria da verdade. O mecanismo de uma teoria “deve ser testado somente pelo seu sucesso em predizer as condições de verdade das frases” (DAVIDSON, 1973b 2001 [DCT], p.74).

Se nós podemos construir uma teoria tarskiana de sucesso sem empregar o conceito de referência, então o conceito abandona a semântica empírica e, assim, desvia-se do “problema (dilema) da referência” como algo independente de uma teoria semântica da verdade. Isso nos habilita a determinar o sucesso de uma teoria semântica sem invocar qualquer um dos conceitos que dependem de nossa interpretação de base empírica. Abandonando-a por consequência. Portanto, fica evidente que há uma diferença entre a semântica de Davidson e a dos teóricos construtores de blocos e o fosso que as separa está, de fato, em considerar a verdade como a ponte entre conceitos linguísticos e não-linguísticos.

4.3 Readequação do conceito de referência: definição recursiva da referência com base numa teoria da verdade

Podemos notar que Davidson reutiliza o conceito de referência, porém remodelado a partir do seu mecanismo de emparelhamento quando ele constrói uma teoria da verdade para a linguagem-objeto, como nós fizemos na construção de uma teoria com o Português Elementar₀ e do Português Elementar₁. Como então explicar esse malabarismo de reutilizar um conceito que ele mesmo nega para constituir uma semântica consistente? A saída para não entrar em contradição será a de que devemos entender que tal conceito é apenas uma abstração como vimos na sessão anterior, assim como outros conceitos teóricos – nomes, predicado, oração, significado - utilizados para

dar conta do comportamento verbal²² e que não precisamos deles para usar ou para aprender uma linguagem. Todavia, reutilizamos os tais para dar explicações da linguagem natural. Se o conceito de referência for utilizado adequadamente, sem filiação ao terceiro dogma do empirismo e ao primado da palavra como faz a abordagem dos blocos de construção e tendo uma definição recursiva, ele poderá ser útil.

É preciso, então, utiliza-lo com outra visada e sua eficiência enquanto conceito teórico se dá com o seguinte raciocínio. No processo comunicativo sabemos como nos referimos e é bastante intuitivo para Davidson dizer que o conteúdo de nossa fala tem uma relação com a realidade, porém não sabemos com precisão *como* o outro se refere, qual a ligação causal apropriada de sustentação entre objeto e usos dos termos utilizados pelo falante-ouvinte. É neste momento em que tal conceito entra em cena para dar conta da comunicação, pois podemos demarcar a referência da linguagem-objeto com base na metalinguagem, ou seja, a referência do outro (linguagem-objeto) com base na nossa (metalinguagem), mas que não está atrelada a uma relação causal entre a linguagem do outro e a suas referências, mas uma linguagem falando de outra linguagem numa relação hierárquica como nós fazemos com o Português Elementar₀ e do Português Elementar₁²³. Seria a cadeia referencial do falante traduzida em linguagem-objeto. E mais, devemos estar insistentemente atentos, pois uma teoria não explica a referência extralinguística, ao menos do tipo exigido pela teoria da referência ancorada nas teorias do significado, já que não atribui *diretamente* um conteúdo empírico às relações entre nomes ou predicados e objetos. Eis o diferencial da semântica do programa de Davidson, pois “essas relações entre nomes ou predicados e objetos recebem *indiretamente* um conteúdo quando estão *nas frases T*” (DAVIDSON, (1977) 2001 [RWR] p.223, *grifo nosso*).

Vimos que fixar a referência da linguagem-objeto através do Português Elementar₀ por meio dos axiomas básicos construídos na metalinguagem é apenas um passo, apenas uma das etapas para dar conta do significado das frases. A interpretação exige uma teoria da verdade adaptada à linguagem natural e que seja sensível ao contexto, o que inclui algumas categorias básicas que estão presentes em todo e qualquer discurso. Os axiomas básicos e recursivos são modificados e adaptados ao contexto, e a referência sendo *caracterizada de forma recursiva*, algo que não acontece

²² Cf. DAVIDSON, D. The Second Person (1992).

²³ O leitor pode recorrer a uma releitura da construção do Português Elementar₀ e do Português Elementar₁ para ver tal mecanismo com mais clareza nas sessões anteriores.

com uma teoria da referência. Eis então os motivos de uma teoria da referência não ser adequada a dar conta de explicar a compreensão linguística.

Uma das saídas da teoria do significado composicional será não quantificar sobre entidades, pois como vimos, ao fazer isso, não daríamos conta de explicar como aprendemos uma linguagem e nem daríamos conta da interpretação. Demarcar a referência de outro falante (enunciador) é, portanto, necessário para estabelecer uma linguagem-objeto que dê conta de como seria a referência para ele. Por essa via, os axiomas que fornecemos para o uso do Português Elementar₀ usam expressões que traduzem expressões da linguagem-objeto, ou melhor, os axiomas traduzem as suas expressões. É uma maneira de emparelhar formas de fazer referência ao mundo, porém sem utilizar o conceito de referência e a ideia de confrontação tão criticada por Davidson e que subjaz as teorias correspondentistas da verdade e do significado²⁴. Portanto, devemos ver a Convenção-T davidsoniana, transposta para a língua natural, como um mecanismo de tradução construindo axiomas interpretativos e teoremas hipotéticos, almejando ver como o outro falante competente utiliza individualmente a língua, traduzindo seus atos de referência.

Estabelecer uma referência para um axioma, ou seja, tentar caracterizá-lo recursivamente é tentar traduzi-la dentro de seu próprio esquema referencial e construir uma teoria da verdade para ela de maneira bem simples. É por tal motivo que os *axiomas básicos* se situam no início do processo composicional. Já o valor dado aos elementos do vocabulário são as propriedades formais que são dadas pelas suas combinações, pelas regras sintáticas que organizam os elementos mínimos para construir uma gramaticidade, ou seja, se efetivamente uma dada sequência de expressões obtidas a partir do vocabulário básico seria tida como gramatical ou não.

A semântica de Davidson trabalha com as propriedades semânticas e o seu valor que é dado pela metalinguagem. Essas propriedades semânticas que são dadas mostram que elas *significam* e *referem*. Porém, o valor semântico das expressões complexas são determinados pelos valores semânticos de suas partes (*princípio de composicionalidade*). E assim podemos listar as propriedades semânticas das expressões primitivas numa mini-linguagem exemplar dentro de uma série de axiomas:

Axioma 1: “a” se refere a Platão

²⁴Cf. DAVIDSON, D. Truth and Meaning (1967); A Coherence Theory of Truth and Knowledge (1986b); True to the Facts (1969); et al.

Axioma 2: “b” se refere a Sócrates

“a” e “b” substituem expressões cujos valores semânticos são dados pela metalinguagem da qual sei que se instanciam extensionalmente nestes dois indivíduos na metalinguagem. A linguagem elementar utilizaria então axiomas para traduzir as expressões da linguagem-objeto. Dessa forma, os axiomas fornecem “de modo imediato, as propriedades semânticas de algumas expressões básicas” (DAVIDSON, (1973) 2001 [IDC] 1973, p.70), construindo uma referência para a fala do outro. Há também, como vimos acima, os *axiomas composicionais* ou *regras de composição* que por questões técnicas chamamos de *axiomas recursivos*. Com isso temos em Davidson uma teoria semântica que gera sistematicamente enunciados das condições de verdade para as frases da linguagem com base nas propriedades semânticas possuídas pelas expressões primitivas da linguagem.

Já os *axiomas interpretantes* são as verdades da metalinguagem que predicam e estabelecem como seria a referência da linguagem-objeto ou da linguagem do outro, mostrando como seriam as suas regras. Portanto, os axiomas são verdades auto-evidentes para o sujeito da metalinguagem, falante competente, porque *ele*, o falante, sabe como se refere ao mundo e aos outros. Em contrapartida, mostrar como o outro se refere não é tão evidentes assim, por isso preciso de uma base recursiva estabelecadora de axiomas para dar conta de como seria a referência e a satisfação para o outro com base numa teoria da verdade que remete às instâncias da Convenção-T Assim, os axiomas são uma interpretação da linguagem-objeto desde seus elementos mais básicos até as suas regras de combinação.

Isso tudo nos leva a dizer que em Davidson o conceito semântico de verdade irá nos fornecer um conceito que pode substituir a função que a referência estava endereçada a cumprir, toda essa maquinaria de axiomas e teoremas sobre a linguagem do outro nada mais é do que uma teoria da verdade para a linguagem-objeto. A utilização do conceito de verdade serve para explicar o que as palavras significam, e jamais para explicar as condições de verdade das frases em termos da referência de seus constituintes. Tendo em vista isso, a referência é um conceito a ser substituído como o critério da semântica. Agora, o conceito que nós precisamos é dado por uma teoria tarskiana da verdade porque ela trata palavras e a relação estrutural entre palavras como abstração a partir da totalidade da linguagem na maneira que Davidson requer. Com essas considerações, devemos abandonar a tentativa de dar conteúdo independente de

outros termos semânticos fora de uma Teoria-T. Tais conceitos são postulados que nós precisamos para implementar uma teoria da verdade, nada mais.

Sobre essa postura tomada por Davidson diante da semântica podemos dizer que é estabelecida uma reviravolta em relação à noção de referência, mostrando que a ontologia é, em parte, um subproduto da semântica. Neste ponto concordo com Braida quando diz que

o aparato de conceitos semânticos estabelece uma estrutura por meio da qual as entidades emergem. A ontologia torna-se um subproduto da semântica. A própria noção de existência torna-se derivada em relação às noções de significatividade e verdade de uma frase de uma linguagem dada (BRAIDA, 2011, p.81)

Com isso, não impera uma noção extra-lingüística (referência) que determina a objetividade da comunicação, pois deve-se estar atento as ciladas do terceiro dogma do empirismo. O que devemos fazer é dar atenção às condições de compreensão das frases e às propriedades semânticas nelas envolvidas, ancorado-as no conceito de verdade.

4.4 O conceito de verdade como fundamento para a compreensão

O emparelhamento entre os níveis de linguagem evidencia a necessidade de ter como pressuposto uma teoria da verdade para a linguagem mencionada. Há neste caso, um ponto velado, porém, se esclarecido nos dá um entendimento da importância do conceito de verdade nas críticas de Davidson às semânticas tradicionais e de maneira subjacentemente para o seu programa, a saber: entender a verdade como um pressuposto necessário para toda e qualquer possibilidade de compreensão.

Mostramos anteriormente as condições de verdade e a própria referência sendo forjadas no próprio mecanismo de emparelhamento, com base numa teoria do intérprete em relação a outro falante. Porém, é digno de nota entendermos que para saber as condições de verdade de uma proposição é necessário que se tenha como pressuposto o conceito de verdade. No caso da Convenção-T, são demonstradas as condições em que uma frase é verdadeira, já que no lado esquerdo do bi-condicional – no caso, “é verdadeiro” - devo saber as condições de verdade da linguagem-objeto tendo como

pressuposto o conceito de verdade. Por isso, Davidson afirma que “não há conceito mais central que o conceito de verdade, já que ter qualquer conceito exige que saibamos o que seria para esse conceito se aplicar a algo – aplicar-se verdadeiramente, é claro”. (DAVIDSON, (1995) 2004 [PO], p.10).

Sobre esses desdobramentos, podemos pensar que a centralidade do conceito de verdade nos dá base para concebemos e apreendermos uma proposição, na medida em que “não é possível apreender ou conceber uma proposição sem saber o que seria para ela ser verdadeira; sem esse conhecimento não haveria nenhuma resposta à questão de qual proposição estava sendo apreendida ou concebida” (DAVIDSON, (1995) 2004 [PO], p.9).

Não seria possível identificar nem mesmo o que é uma proposição sem classificação, sem saber como seriam as condições de sua verdade, como seria o caso. Só apreendo uma proposição se sei suas condições de verdade ou em que condições ela é verdadeira ou falsa ou equivocada. Se digo “Este homem é alto” mas não aponto para nada, mesmo assim entendo em que condições ela seria verdadeira, a proposição tem sentido, é inteligível. “Há um sentido claro em que sei as condições de verdade de qualquer proposição que sou capaz de expressar ou considerar” (DAVIDSON, (1995) 2004 [PO], p.10). Antes de dizer que um indivíduo qualquer acredita que o sol está brilhando agora, deveríamos pedir indícios do que ele *entende* em que consiste o sol estar brilhando. Portanto, saber o que seria para ela tornar-se verdadeira é saber também em que condições ela não é verdadeira, portanto, falsa. Como pressuposto temos aí, então, o conceito de objetividade, pois se sei suas condições de verdade, também sei, por *pressuposição*, as condições em que ela não seria verdadeira. E tais condições somente são possíveis se tenho o conceito de objetividade ou de verdade. Se sei quais condições para que uma frase possa ser verdadeira, então sei também que há condições em que ela deva ser falsa, estando estes pressupostos então ligados à verdade. Mas, diga-se de passagem que, para saber como uma proposição seria verdadeira (ou falsa) não é necessário ser capaz de dizer quando ela é verdadeira ou falsa (e muito menos saber se ela é verdadeira ou falsa), mas apenas as suas condições.

Posso dizer por esse raciocínio que o conceito de referência entra neste escopo, pois o mesmo é um conceito parasita ao conceito de verdade. Ou seja, o conceito de

referência só existe porque de maneira circular o definimos subjacentemente pelo conceito de verdade.²⁵

4.5 O mundo e as compatibilidades com o holismo de Davidson

Vimos que Davidson rejeita a ideia da verdade como correspondência a fatos, com o mundo ou entidade (extralinguística). Porém, numa passagem em um de seus artigos mais conhecidos diz que “a verdade de uma elocução depende de duas coisas: aquilo que as palavras enquanto faladas significam e *como o mundo está disposto*.” (DAVIDSON, (1983) 2001 [CTTK], p.139). Assim, o significado de nossas palavras e frases estariam relacionados e dependeriam, pelo menos *em parte*, do mundo externo, ou seja, são *causados* pelo mundo exterior. Isso segundo Davidson seria uma espécie de correspondência *moderada*.²⁶

Diante desse quadro nos perguntamos: como Davidson supõe que a verdade de nossas frases deve estar ligada a forma como o mundo está disposto, mas, ao mesmo tempo, rejeita a ideia de explicar a verdade em termos de correspondência com fatos? De que forma na concepção de linguagem apresentada por ele depende dessa relação de como as coisas são? E mais, se a verdade das frases está ligada, em parte, pela *forma como o mundo está disposto*, como ele mesmo diz, então que nível de correspondentismo Davidson se engaja? Como conciliar isso com o mecanismo de emparelhamento entre os níveis hierárquicos de linguagem cuja prerrogativa é abster-se de todo viés metafísico que nos indica algo *fora* da linguagem, sem contudo cair numa vacuidade da linguagem?

Segundo Davidson, vimos que dizer que **p** é verdadeiro tão somente porque **p** corresponde aos fatos não serve para a construção de uma semântica consistente. Portanto, falar de correspondência será apenas mais uma outra forma de falar da verdade, não sendo uma forma de explicar o que é a verdade. Tendo em vista isso, a definição de verdade como correspondência pressupõe a verdade, como qualquer outra definição de verdade, evidenciando uma circularidade.

²⁵ Cf. Ramberg, (1989), p. 16 – 37.

²⁶ Cf. True to the Facts (1969). Tal proposta vai de encontro ao internalismo que *grosso modo* afirma que o conteúdo de nossas frases e da nosso pensamento (crenças, desejos, intenções...) é, em grande parte, determinado pelo que temos na mente. Em termos gerais, essa é uma postura que Davidson vai constantemente confrontar.

Davidson também refuta a concepção de verdade como correspondência a fatos porque esta nos leva a ideia de confrontação entre mundo e linguagem, mostrando que “tal confrontação não faz sentido porque não podemos sair de nós mesmos para descobrir o que está a causar os acontecimentos internos de que temos consciência” (DAVIDSON, (1983) 2001 [CTTK], p.144). Em consonância com tal proposta, diz Rorty, “nada conta como justificação, a não ser por referência ao que já aceitamos, e não há maneira de sair das nossas crenças e da nossa linguagem para encontrar outro teste que não a coerência” (RORTY, 1979, p.178).

É manifesto para Davidson que há causas exteriores para as nossas crenças, mas devemos ficar atento porque elas *não justificam* as crenças que as causam, pois para ele a única fonte de informação que temos disponível para justificar as nossas crenças são (outras) crenças. O partidário de uma teoria coerencial não pode permitir que a certeza venha de fora do sistema de crenças. Tais pressupostos, pois, revelam a natureza de uma teoria da verdade como coerência: a reivindicação de que “nada pode contar como uma razão para sustentar uma crença, exceto outra crença” (DAVIDSON, (1983) 2001 [CTTK], p.141). Portanto, uma teoria contrária à coerência irá propor uma forma de confrontação das nossas crenças (isoladas ou como um sistema) com o mundo. Com isso, podemos afirmar que a correspondência é inútil epistemologicamente para Davidson, mas ela revela uma intuição crucial no que diz respeito ao contato com o mundo estabelecido por uma relação causal e não de justificação.

Todavia, podemos dizer que Davidson defende uma teoria que contém simultaneamente um componente correspondentista acerca da verdade e um componente coerentista acerca da justificação da verdade, pois ele afirma que sua teoria da coerência não está em conflito com uma teoria da correspondência, mas, ao contrário, diz que “a coerência produz correspondência” (1986: 307). Dito isso, em que sentido pode haver essa coexistência? O que Davidson quer dizer em *A Coherence Theory of Truth and Knowledge* (1983) que a coerência gera correspondência? Devemos investigar tais questões para entender sua proposta.

4.5.1 Correspondência moderada

Em que medida Davidson é correspondentista? Esse é um ponto delicado no seu programa, pois sua solução não é tão comum assim para resolver tal problema, na medida em que por não fazer uma teoria da referência, isso não quer dizer que ele negue a existência de um mundo público ²⁷ compartilhado por nós, algo que permite o sucesso da comunicação e a objetividade. Apesar de

não podermos sair das nossas crenças e da nossa linguagem para não encontrar outro teste que não a coerência, nós podemos, apesar disso, ter conhecimento de, e falar sobre um mundo público objetivo que não é da nossa própria construção (DAVIDSON, (1983) 2001 [CTTK], p.141)

Mas ainda poderíamos nos perguntar de onde vem, de fato, o conteúdo dos nossos estados mentais e significado de nossas palavras e frases? Em Davidson, tais conteúdos estão relacionados com o mundo externo e que “a verdade é correspondência com a forma como as coisas são” (DAVIDSON, (1983) 2001 [CTTK], p. 139). Há, neste caso, uma *relação de causa* (e não de justificação ou evidência) neste empreendimento. A experiência ou evidência não pode fornecer um fundamento racional para as crenças, pois nossas crenças estão evidentemente fundadas em outras crenças, mas não na experiência que dá origem a ela. *Fora* da linguagem para Davidson, segundo o professor Manfredo Oliveira, “só influência causal, não uma injunção racional com nosso pensamento empírico”. (OLIVEIRA, 387). Assim, as sensações causam algumas crenças e neste sentido são a base ou o fundamento dessas crenças, mas uma explicação causal de uma crença não mostra como ou por que é que a crença é justificada.

Aqui está mais uma vez a sua diferença com relação a Quine no que diz respeito ao método de interpretação radical e o método de tradução radical recomendado por Quine. A diferença está na natureza da escolha das causas que governam a interpretação. Quine faz a interpretação depender dos modelos de estimulação sensível, enquanto Davidson faz depender de acontecimentos externos e objetos sobre os quais versa a frase interpretada. A noção quineana de sentido estaria ligada a critérios sensíveis, algo que ele pensa pode ser tratado como evidência. Davidson insiste que as

²⁷ Essa é umas das suas considerações finais no artigo On The Very Idea of conceptual Scheme (1974), quando o mesmo não renuncia o mundo como elemento para a significação.

estimulações sensíveis são na verdade parte da cadeia causal que leva a crença, mas não podem, sem confusão, ser consideradas como evidência ou como fonte de justificação, para as crenças estimuladas.

São notórias ainda as ressonâncias de seu artigo *Actions, Reasons, and Causes* (1963) onde afirma, em linhas gerais, que nada é uma razão em virtude de ser simplesmente uma causa. E a dificuldade está justamente em transformar a causa numa razão. Assim, um evento pode causar certas crenças, certos desejos, ainda que tal evento não necessite – pelo menos não exatamente em virtude do papel causal que desempenha – ter qualquer conexão *racional* com tais entidades a que ele dá origem. Portanto, as causas não são, em virtude simplesmente de serem causas, razões.

Em relação a esta temática da causalidade sobre as crenças McDowell tem um comentário:

Davidson pensa que a experiência não pode ser nada além do impacto extraconceitual na sensibilidade. Então, ele conclui que a experiência deve estar fora do espaço das razões. Segundo Davidson, a experiência é causalmente relevante para as crenças e os juízos, mas estes não têm sustentação sobre seu *status* como justificada ou garantida. (McDOWELL, 1994, 14)

Em outro artigo Davidson afirma que

os acontecimentos e *objetos que causam* uma crença *determinam* também os conteúdos da mesma. Assim, a crença que é causada, distintivamente e em condições normais, pela presença de alguma coisa amarela, da própria mãe ou de um tomate, é a crença de que alguma coisa amarela, a própria mãe ou um tomate estão presentes. A ideia não é, obviamente, que a natureza garante que nossos juízos mais simples sejam sempre corretos, mas que a história causal de tais juízos representa um aspecto constitutivo de seus conteúdos. (DAVIDSON, 1989 [CP], p.2 *grifo nosso*)

Segundo Malpas (2005), o problema que Davidson identifica é que

qualquer tentativa para encontrar algo (“a sensação, a percepção, o dado, a experiência, o dado do sentido, a manifestação passageira”) dentro do processo causal que da origem à crença, mas que também pode contar como uma razão para a crença, *deve ser já uma crença* (MALPAS, 2005, p.55)

Portanto, o mundo não garante que os nossos juízos estejam corretos, já que é rejeitada a ideia de verdade como correspondência, ou melhor, correspondência não exige confrontação, mas é relevante entender que a causalidade tem um papel precípua na determinação do significado das nossas frases e palavras. Tal proposta, portanto, está em consonância com o que podemos chamar de externalismo (ou externismo). Com isso podemos ver que Davidson quer, então, como ele mesmo diz, sugerir a natureza de um externalismo aceitável e indicar algumas de suas consequências, inquirindo sobre a forma como o externalismo opera na interpretação.

Ora, esse externalismo de Davidson nos leva a pensar a noção de correspondência mínima que já é apregoada em *True to the Facts* (1969) que tem como pano de fundo a proposta de que a verdade depende de como o mundo é. Portanto, a verdade com o viés correspondentista em Davidson tem uma relação íntima com o externalismo, já que o significado das nossas frases e conteúdo dos nossos estados mentais tem uma relação causal com o mundo externo.

Mas devemos estar atentos, pois essa relação causal não tem o mesmo sentido que tem a teoria da verdade como correspondência. Sua proposta apenas guarda a intuição da teoria da verdade como correspondência: não aquela que a verdade corresponde a fatos ou até mesmo de uma dependência epistêmica via relação de justificação perpetrada pela confrontação com o mundo, mas aquela em que o que caracteriza a verdade como a propriedade que um portador tem em virtude de como é o mundo ou a realidade e de que o conteúdo de nossas crenças é *causado* pela interação que temos com o mundo. E faz isso justamente com o conceito de verdade, o único capaz de ligar-se ao mundo e de não cair numa espécie de vacuidade da linguagem.

Mas por que em Davidson o conceito de verdade está ligado ao mundo? Primeiro é necessário dar noções sobre o que é o conceito de verdade? Para ele é a consciência de que “o que é pensado pode ser verdadeiro ou falso” (DAVIDSON, (1995) 2004 [PO], p.4) de algo que pode não estar de acordo com o que é o caso. E por

incrível que pareça isso vai estar ligado no conceito de crença, que pela tradição, está ligada ao subjetivismo, mas em Davidson tem outro matiz.

Ter o conceito de verdade implica também, por *pressuposição*, ter o conceito de objetividade, noção em que uma proposição pode ser verdadeira ou falsa independentemente das crenças ou interesses que se tem. E ligado a tais conceitos temos o conceito de crença que se manifesta quando alguém que tem uma crença, que julga alguma proposição como verdadeira ou falsa, sabe que essa crença pode ser verdadeira ou falsa, de modo que para estar certo ou errado é preciso *saber* ou ter a *consciência* que é possível estar certo ou errado.

Podemos, então, inferir que uma característica do conceito de verdade será a sua reflexividade, ou seja, temos consciência que *sabermos* o conceito de verdade, por meio de um movimento que projetamos para *fora de si* para termos consciência dela. Mas não sabemos o que é a verdade por ela mesma, pois tentar defini-la seria uma tolice²⁸. Desse modo, é-nos alertado que o conceito de verdade é indefinível e qualquer definição estará condenada ao fracasso, pois qualquer definição *pressupõe* uma noção de verdade e isso tornaria circular a mesma definição. Seria ter previamente uma noção de verdade disponível, pois se definirmos verdade como correspondência a fatos ou ao mundo, então, a afirmação de que uma frase **p** corresponde aos fatos teria que pressupor que já se sabia que a frase *p corresponde aos fatos* corresponde, ela própria aos fatos ou é, neste sentido, verdadeira. Assim, devemos ter atenção para o caráter conceitualmente primitivo da verdade do qual nos faz considerar que qualquer definição pressupõe um fundo de crenças verdadeiras.

4. 5.1.1 Verdade e atitude proposicional

O que sabemos diz respeito apenas ao conceito de verdade e que está atrelada a uma ação ou atitude (proposicional) de um agente que faz um juízo que seria uma classificação ou caracterização de um objeto, evento ou situação de um certo modo. E por uma atitude, queremos dizer um modo de tomar ou conceber um conteúdo proposicional. Exemplos são *sustentar* que a proposição é verdadeira (crença), *querer* que seja verdadeira (desejo e suas muitas variedades), ter *esperança* ou *temer* que seja

²⁸ Cf. The folly of Trying to Define Truth (1996)

verdadeira. Outros exemplos são *exigir* que uma proposição fosse tornada verdadeira, ter a *intenção* de torná-la verdadeira. Segundo Davidson, “isso exige a aplicação do conceito de verdade, uma vez que é sempre possível classificar ou caracterizar algo erroneamente” (DAVIDSON, (1995) 2004 [PO], p.9). Mas o que é ter um conceito? O próprio Davidson esclarece assim: “ter um conceito, no sentido que estou dando à palavra, é, então, ser capaz de conceber conteúdos proposicionais: uma criatura tem um conceito somente se é capaz de empregar tal conceito no contexto de um juízo”. (DAVIDSON, (1995) 2004 [PO], p.9).

Sabemos que a característica dos conteúdos proposicionais será a possibilidade de serem verdadeiras ou falsas, portanto, algo que pode ser ou não ser o caso. Ora, para termos ciência dessa *proposicionalidade* é necessário termos consciência de que sabemos disso. Essa é justamente a marca dos animais racionais cujo pensamento é marcado por conteúdos proposicionais²⁹. Melhor dizendo, o pensamento tem como marca distintiva um investimento proposicional, pois temos a consciência de que podemos classificar algo correta ou erroneamente ou de que as nossas crenças sobre um determinado evento podem nos *surpreender* ao sermos confrontados por nossa aplicação equivocada. O pensamento não pode estar destituído de conteúdo proposicional, não pode ser indubitável. Mas temos consciência de que o que é pensado pode ser verdadeiro ou falso e isso é apreender o conceito de verdade e objetividade. Quando temos a consciência de que o que é pensado tem a possibilidade de ser verdadeiro ou falso estamos usando o conceito de verdade. Numa palavra, as condições de possibilidade do conceito de verdade somente existem quando *temos consciência* de que o que pode ser pensado *pode* ser verdadeiro ou falso.

Ora, então é notório que o conceito de verdade é pressuposto para toda e qualquer asserção. No entanto, somente é dada na relação com outros conceitos. É uma dimensão necessária para nos habilitar como seres racionais, uma instância distintiva entre os outros seres. Essa é uma porta de entrada para nos fazer entender porque em Davidson há uma aposta metodológica na posição da terceira pessoa (ou ponto de vista da terceira pessoa), como incorporada pela postura do interprete na comunicação.

Por posição da terceira pessoa ou o ponto de vista da terceira pessoa Davidson quer dizer nossa concepção de perspectiva compartilhada num mundo público comum. É dizer que uma tal perspectiva sobre o mundo – e aqui o primeiro contraste é a

²⁹ Cf. Rational Animals (1982).

perspectiva da primeira pessoa – depende de nossos pensamentos como já ocupando a perspectiva da terceira pessoa. Em outras palavras, se a perspectiva da terceira pessoa é primária, não podemos pensar (ou pensar de nós mesmo como tendo) numa perspectiva da primeira pessoa sobre os nossos próprios pensamentos, exceto na medida em que já tem uma perspectiva de um mundo público compartilhado com outros. Podemos entender isso pelo mecanismo de *debreagem*³⁰. Quando pensamos a primeira pessoa, o *eu*, já há uma *debreagem*, ou seja, um distanciamento, uma objetivação de si mesmo, que não é mais um *eu* em primeira pessoa, mas já é um “*eu*” *debreado*. Agora é um “*ele*”, um eu-outro. Portanto, não temos acesso a esse “*eu*” puro de Descartes. Nossos pensamentos estão já ocupados pela perspectiva da terceira pessoa, pela objetivação, sendo ela primária. Assim se dá com o conceito de verdade, pois nele se instala o mesmo mecanismo de auto-reflexividade.

Mas nos perguntamos: qual a utilidade do conceito de verdade se hipoteticamente estivermos corretos sobre todas as coisas? O que podemos dizer é que não haveria sentido estar correto a todo momento, pois acarretaria na inutilidade do conceito de verdade que se estabelece como relação oposta ao falso ou ao erro, de algo que se distingue do que é aparente. O importante é percebermos que só há *um* conceito de verdade porque metodologicamente sabemos que algo pode não ser o caso ou que podemos estar equivocados sobre algo e, assim, estarmos errados. Observando isso inferimos que tal conceito nasce na relação com outros conceitos como o de erro, crença, verdade objetiva, surpresa, todavia, sendo ele o mais primitivo. Por isso que nas próprias ações investidas de crenças ou intensões, ou seja, nas atitudes proposicionais, há nelas mesmas como pressuposto lógico a possibilidade estarmos errados sobre elas. E se temos a consciência de que podemos estar errados temos também por pressuposição o conceito de verdade como um involucro para a possibilidade dessas instâncias. Porém, como explicitado acima, a verdade mesma não é acessível sem essa teia de ligações.

Esse mecanismo também vale para o conceito de crença, pois o que torna a crença possível, quer verdadeira ou falsa, será o conceito de objetividade que nasce com

³⁰ Esse conceito não é encontrado em Davidson, mas pode nos ajudar a compreender suas intuições sobre essa reflexão. A *debreagem* seria a operação pela qual nossa instância da enunciação *projeta para fora de si*, na ação ou no ato de linguagem, certos termos ligados a sua estrutura de pressuposição lógica. É, portanto, um movimento de deslocamento do vivido. Num exemplo: no jogo entre pensamento pensante e pensamento pensado, não temos acesso ao primeiro, pois quando pensamos sobre o pensamento, já estamos na instância do pensamento pensado. Assim se dá também com a instância do “*eu*” que quando pensada já se encontra na dimensão de objeto, do “*ele*”, terceira pessoa, de um eu percebido. Para maiores esclarecimentos Cf. CERVONI (1989) e GREIMAS (2008).

a noção de erro ou de que podemos estar equivocados. Em outras palavras, isso equivale a dizer que ter o conceito de crença é ter o conceito de um estado que é capaz de ser verdadeiro ou falso. Compreender isto é compreender o contraste entre o meramente subjetivo, o que alguém apenas crê, e como as coisas são realmente, o mundo objetivo.

Nas palavras de Davidson: “alguém não pode ter uma crença a menos que entenda a possibilidade de estar enganado, e isso exige apreender o contraste entre verdade e erro – crença verdadeira e crença falsa” (DAVIDSON, (1975) 2001 [TT], p.169). Assim, não se pode ter uma crença sem entender o conceito de crença, que crenças podem ser falsas – sua verdade não é garantida em geral por algo em nós. Alguém tem um estoque geral de crenças somente se alguém pode ser surpreendido. Se estou surpreso então entre outras coisas vim a crer que minha crença original era falsa. E mais, alguém pode ser surpreendido (isto é, vem a conceber que uma ou mais crenças não eram corretas) somente se tem o conceito de crença.

Mas uma questão nevrálgica emerge: onde adquiriríamos o conceito de objetividade nas próprias crenças se estas são subjetivas? Podemos, neste caso, ativar o mesmo raciocínio: as crenças são subjetivas, mas temos como pressuposto para a sua existência e consciência o conceito de objetividade. Podemos, portanto, indicar o conceito de verdade como pressuposto que se expande para o pensamento como um todo, já que ao termos pensamento, que tem como característica para Davidson um conteúdo proposicional e suas condições de verdade, temos como condição de possibilidade do pensamento – crenças, desejos, etc - o conceito de verdade, e esse vem numa rede de relação acompanhado do conceito de erro. É nesta rede de relações que se dá o holismo dos conceitos para Davidson, os quais todos são interdependentes.

Porém também podemos nos perguntar: de onde vem o conceito de objetividade? “Os conceitos de verdade objetiva e de erro emergem necessariamente no contexto da interpretação” (DAVIDSON, 1975 2001[TT], p.169). Podemos compreender como um indivíduo que esteve em comunicação com outros indivíduos pode ter o conceito de erro, como uma ferramenta (metodologia) usada na interpretação para alcançar um melhor ajuste racional do comportamento de um falante para a evidência que temos para suas crenças e significado, isto é, o conceito teria algum trabalho a fazer (teria algum espaço para aplicação) para interpretar a fala de outros. Assim só há espaço pra aplicação do conceito de verdade objetiva no comportamento de uma criatura somente se está (ou teria estado) em comunicação com outros, no jogo interpretativo, na possibilidade de estarmos certos ou errados sobre as nossas asserções

e das do outro na comunicação. Em síntese, podemos dizer que o conceito de verdade está ligado ao mundo pelos conceitos de objetividade, erro, surpresa etc e que emergem por pressuposição em toda e qualquer comunicação e interpretação que é o lugar onde vemos que existem outras mentes e onde podemos estar equivocados sobre o que é o caso. O conceito de verdade engloba toda a comunicação. Seguindo esse raciocínio, interpretar pressupõe verdade na sua ação, pois a objetividade nasce porque há uma noção de erro ou equívoco das nossas crenças e a má interpretação pressupõe a ideia de um mundo objetivo e a noção de que podemos estar certos ou errados acerca da interpretação.

Temos, então, o fundamento que precisamos para dar uma justificação para a possessão do conceito dentro da comunicação, pois nenhuma criatura que não é comunicativa possui tais conceitos. Dessa forma, a comunicação é conceitualmente central para o conceito de objetividade, verdade ou e crença falsa.

4.5.2 Crenças, significado e interpretação

Para entender a significação do outro (falante-competente) é preciso *interpretá-lo*, pois preciso perscrutar sua significação. Por isso, a significação para Davidson é um problema da interpretação e da comunicação entre falantes. Segundo Medina, Davidson entende que “a significação como algo arbitrário, relativos a sistemas de crenças e aos falantes particulares que as têm, pois me utilizo de forma pessoal da língua para expressar tal sistema de crença, expressar meu *idioleto*” (MEDINA, 2007 p.87)

A referência não é mais pessoal, mas algo conjunto ou uma correferência com convergência de atos referenciais do falante e do ouvinte. Assim, nesta mesma via, uma teoria da referência reformulada tem como pressuposto uma teoria da interpretação que explique como a compreensão mútua pode ser atingida na comunicação entre falantes competentes.

Então, quais são as condições de possibilidade da comunicação e do compartilhamento da referência que é construída dentro da linguagem?

Já que não podemos entender a referência de um termo independente da significação que damos a ele, então, impreterivelmente, devemos levar em conta como concebemos as coisas e também as crenças que mantemos como verdadeiras acerca

delas. Ou seja, crença e significado estão interligados, pois no ato de significar creio que há algo de verdadeiro, ligado às afirmações verdadeiras envolvendo uma referência dentro do meu sistema de crença, dentro do meu idioleto. Em poucas palavras, como tomo as frases declarativas como verdadeiras? Nas palavras de Davidson essa relação estreita entre crença e significado é expressa assim:

A interdependência da crença e do significado é evidente desta maneira: um falante sustenta uma frase como verdadeira pelo que a frase (em sua linguagem) significa, e pelo que ele crê. (DAVIDSON, (1973) 2011, [RI] p.135)

Também o “é verdadeira” no lado esquerdo da frase-T representa minha capacidade de perceber as asserções do falante – capacidade semântica de tomar algo como sendo verdadeiro, ou seja, captar aquilo que ele *acredita ser verdadeiro*, sua crença de que aquilo que ele significa é algo verdadeiro, capturo, pois, sua significação. Esse é um dos motivos que levam Davidson a considerar ser “a crença é em sua natureza verídica” (DAVIDSON, 1983 (1986) [CTTK], p. 314).

Disto podemos notar que ao introduzir o elemento da crença na interpretação, percebe-se que Davidson guarda um pouco da inescrutabilidade da referência. Por isso podemos entender quando ele diz:

Aceito a tese de Quine da inescrutabilidade da referência e em consequência também a da indeterminação da tradução. E penso que aceito ambas principalmente sobre a base dos argumentos que tenho aprendido de Quine. (DAVIDSON, 2001, [IR], p.227)

Ora, essa junção entre crença e significado que capta as asserções do falante mostra-se como o nó górdio para apreender sua significação, pois se conheço as condições de verdade da outra frase do lado esquerdo, então apreendi sua significação, como ele (linguagem-objeto) se refere ao mundo, suas possíveis asserções. Mas, para realizá-la, tive que “compará-la” por meio da convenção-T à meu sistema de crença para saber em que condições ela era verdadeira. Tive que mapeá-las e ajustá-las ao meu sistema de crenças e a forma como faço minhas asserções.

Dessa forma, nossos sucessos e falhas referenciais e nossos sucessos e falhas de predicação (ligado à verdade que também está ligada a referência) devem ser entendidas como *sucesso e falhas de interpretação*; como parcela das negociações interpretativas que decorrem no processo de comunicação. Seria um método que obtêm o melhor *ajuste*. Com isso ele quer “uma teoria que satisfaça as restrições formais de uma teoria da verdade, e que maximize o *acordo*” (DAVIDSON, 1973 2001 [RI], p.136), aliada também às condições empíricas responsáveis pelo modo como o intérprete radical pode atribuir significações a um determinado falante.

Porém, A teoria-T serve para que haja sucesso na comunicação, para que haja um encontro de idioletos. Mas, ao contrário do que muitos pensam, na comunicação não é necessário compartilhar convenções linguísticas, pois as convenções não são precondições para a comunicação bem sucedida. Ou seja, não precisamos compartilhar convenções semânticas ou sintáticas para nos comunicarmos com sucesso. Tal argumento é evidente através de um fenômeno linguístico chamado de *malapropismo*.

Esse fenômeno se caracteriza pelo uso idiossincrático da linguagem, que não se utiliza de aprendizagens anteriores, ou expressões familiares, que não podem ser interpretadas por qualquer das habilidades que adquirimos previamente. O exemplo de Davidson deu o título ao famoso artigo dele. A Senhora Malaprop quis dizer: “*What a nice arrangement of epithets!*”, mas o que saiu de sua boca foi algo foneticamente parecido e engraçado: “*What a nice derangement of epitaphs!*”. É possível adivinhar sem muita dificuldade o que ela quis dizer em razão da proximidade fonética. Um outro exemplo famoso: um deputado do Parlamento de Paris, no século XVII declarou: “*Le Cardinal Mazarin a ici ses hémisphères*”; mas todo mundo presente na assembleia entendeu, no meio de risos, o que ele quis dizer: “*Le Cardinal Mazarin a ici ses émissaires*”. O malapropismo é facilmente compreendido, mas ele “introduz expressões que a linguagem prévia não abarca” (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 95). É um fenômeno que escamoteia os pressupostos tradicionais a respeito da competência linguística e o papel das convenções para “nossa habilidade de interpretar palavras que nunca ouvimos antes, de corrigir deslizes da língua, de dar conta de novos idioletos.” (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 95). Essa é uma das características mais eminente de intérpretes e comunicadores competentes.

A teoria-T não dá conta, em sua completude, desse fenômeno que, segundo Davidson, é tão recorrente. Por isso, é necessária uma *teoria transitória* (*passing*

theory) que dê conta da compreensão linguística, com os seus percalços. Uma teoria para complementar o sistema de hipóteses que se faz *in lócus* ou no contexto de enunciação para interpretar a fala do outro. Os detalhes do contexto de comunicação e de nossas negociações nele determinam quanto podemos ter sucesso com ele. Não só uma teoria previa, mas uma teoria transitória. A definição de Davidson é esta:

para o ouvinte, a teoria prévia expressa como está preparado de antemão a interpretar uma emissão do falante, enquanto que a teoria transitória será como ele interpreta a emissão (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 101)

Assim a tarefa interpretativa com que os interlocutores têm que se deparar é a tarefa de ajustar suas teorias de interpretação até que elas entrem em convergência, para que “proporcione a interpretação pretendida do falante” (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 99). Por isso, neste processo de negociação interpretativa, Davidson propõe uma teoria transitória. Dessa forma, o tipo de convergência em que consiste uma comunicação bem-sucedida, não é a convergência entre as teorias que o falante e o ouvinte têm previamente ao seu encontro, mas sim aquelas teorias de interpretação que eles formam durante o seu encontro, isto é, as suas teorias transitórias. São teorias “preparadas para a ocasião” (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 101).

Segundo Davidson, as elocuições sempre podem ser interpretadas segundo a intenção do falante, sem que o intérprete tenha uma teoria prévia correta de interpretação para elas. Isso quer dizer que quando interpretamos os enunciados de um falante-ouvinte temos intenções que estão conectadas com expectativas, ou melhor, esperamos ser compreendidos por um falante de acordo com as nossas expectativas e, reciprocamente, objetivamos compreender o outro de acordo com as expectativas dele. Mas antes, Davidson propunha a não exigência de um conhecimento prévio sobre o que o locutor de uma linguagem *L* quer dizer sobre algo que está sendo expresso. Mas ao lançar “A Nice Derangement of Epitaphs” (1986), ele assume que as teorias prévias são pontos de partida do processo de interpretação, mas não determinam o sucesso do encontro de comunicação. Serão ajustadas, tornar-se-ão teorias transitórias convergentes. Dessa forma, as palavras são instrumentos ou ferramentas a serviço das intenções do falante, mas este não pode ser bem sucedido no uso de uma palavra de um modo novo e inesperado, ao menos que ele prepare o terreno para o novo uso, ou seja, a

menos que ele (ou o contexto) forneça indícios suficientes para a interpretação que se pretende dar.

Em poucas palavras, para que haja compreensão bem-sucedida, não é uma teoria previa compartilhada por todos os falantes da comunidade linguística que importa, mas sim, uma teoria transitória: “O que deve ser compartilhado para que uma comunicação seja bem-sucedida é a *teoria transitória*”. (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 102). Tanto a teoria do intérprete quanto a do falante devem coincidir, pois “é somente se estas coincidem que a compreensão está completa” (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 102). Ser participante competente em uma comunicação não requer que ele tenha aprendido regras ou convenções para os sinais que estão sendo usados. Ele define a competência linguística como “a habilidade de convergirem em torno de teorias transitórias de momento a momento”. (DAVIDSON, 1986 (2005), p. 107).

Nesta senda, Davidson forjar uma metodologia geral que tem como objetivo a construção de uma teoria da interpretação que nos capacite a compreensão linguística de qualquer falante competente, de qualquer asserção. Dessa forma, podemos dizer com o que foi dito até aqui de forma mais determinada que a compreensão linguística pode ser captada numa teoria da interpretação que forja uma teoria da verdade para outra linguagem através da Convenção-T que relaciona dois idioletos.

Ora, se minha significação que atribuo às palavras é diferente do outro falante, sendo também a recíproca verdadeira e a significação ligada à forma como concebo as frases como sendo verdadeira, então esta teoria da verdade perpetrada pela Convenção-T correlata pontualmente dois idioletos mapeando as frases que o falante considera verdadeira (suas condições de verdade) as frases que o intérprete expressaria no seu idioleto com o objetivo de fazer as mesmas afirmações de verdade. Temos aí uma teoria da verdade para o comportamento linguístico do interlocutor sob a órbita de uma teoria da interpretação. Nota-se que a correferência requer um processo de negociação e interpretação, ou melhor, um acordo entre metalinguagem e linguagem-objeto como condição de possibilidade da própria interpretação.

Já que atribuir significado é arbitrário e individual, entendemos que a comunicação, em Davidson, é um encontro entre idioletos, que são atribuições de significados e de crenças verdadeiras de forma individual. Assim, o aprendizado das línguas tem tudo a ver com a interpretação radical, pois o aprendizado e a referência estão ligados: a essa forma arbitrária em que som se une aos objetos do mundo; a maneira “como as palavras desempenham suas funções para forçar relações com objetos

do mundo” (DAVIDSON, (1976) 2001, [RF] p.172); a forma como comunico; como se estabelece a atribuição de verdade às emissões que são satisfeitas por mim e pelo intérprete, que conhece a teoria. Mas não só o aprendiz, mas também a compreensão. Nas palavras de Davidson “toda compreensão de qualquer outro locutor envolve interpretação radical” (DAVIDSON, (1973) 2011, [RI] p.125).

É neste cenário de arbitrariedade entre uso pessoal da língua na comunicação que emerge a *interpretação radical*. Por isso, a interpretação é radical, ou seja, porque ela parte do *nada*, ou melhor, adentra no desconhecido mundo de crenças do outro falante onde construo uma teoria (da verdade) para suas asserções. É onde interpreto as asserções feitas pelo falante, como se houvesse um linguista de campo querendo interpretar os enunciados de um nativo desconhecido. Mas Ramberg nos alerta

O processo de interpretação radical serve como uma teoria da descrição da competência linguística, uma racionalização da prática de interpretar discurso e não como uma descrição de um real processo tal como os métodos de tradutores. (RAMBERG, 1989, p.66)

Neste caso, há uma diferença do intérprete radical de Davidson para o tradutor radical de Quine.

O que Davidson acrescenta à explicação de Quine deste processo é a ideia de que as hipóteses aventureiras do linguista de campo tomam a forma das frases-T, ou melhor, modifica as frases-T relativizando a verdade ao tempo e ao falante. (RAMBERG, 1989, p.65)

Todavia, sem saber previamente nada sobre a língua desse mesmo falante-ouvinte deve-se, como Sanches recomenda, assumir que

a maior parte das crenças de um falante tem que ser considerada verdadeira, ou de acordo com as nossas próprias crenças, de modo a poder ser interpretada. Um pensamento só pode ser reconhecido e identificado como tal por um intérprete se, de acordo com os padrões desse intérprete, for coerente com outros pensamentos. (SANCHES, 2002, p.94)

Podemos não conhecer nada sobre o outro falante a não ser pelo fato de aceitarmos a ação de afirmar ou sustentar algo como verdadeiro, mesmo sem saber ao certo o que está sendo afirmado. Esta é a única evidência disponível para um intérprete, a saber, “nos temos ainda a dizer que evidência está disponível para um intérprete – evidência, nós vemos agora, de que as frases-T são verdadeiras.” (DAVIDSON, (1973) 2011, [RI], p.134). Em síntese, a interpretação radical compara sistemas de crenças, conecta idioletos e ajusta suas diferenças. Nas palavras de Ramberg “o que o intérprete radical está fazendo é precisamente a construção de frases novas em sua própria língua para combinar com as extensões dadas pelas frases dos falantes que ele está interpretando” (RAMBERG, 1989, p.67).

Neste ponto, Medina também nos ajuda, em uma de suas notas, a conectar a proposta interpretativa e lógico-formal da teoria:

Esta não é uma teoria que explica o que a verdade significa naquele idioleto, mas, sim, uma teoria que interpreta o idioleto tomando a verdade como uma noção primitiva que não requer nenhuma explicação. Em suma, para Davidson, uma teoria da interpretação para uma linguagem ou idioleto é uma teoria da verdade que pode correlacionar qualquer asserção arbitrária naquela linguagem como uma frase em nossa linguagem; em outras palavras, é uma teoria que mostra como construir frases-T, isto é, como aplicar a *convenção T* de Tarski de modo a correlacionar aquela linguagem com a nossa, por meio de mapeamento um a um entre frases (MEDINA, 2007, p.93)

Mas como proceder na interpretação radical de outro idioleto do qual não conheço? Como fora visto, devemos criar uma teoria da verdade como teoria da interpretação da fala do outro, uma teoria que me possibilite adentrar no seu sistema de crenças e, por conseguinte, nas suas significações para, em seguida, ver quais frases o falante toma por verdadeira. Em poucas palavras, “saber que ele sustenta como sendo verdadeira, e sabendo o significado; dando informação suficiente sobre suas crenças” (DAVIDSON, 1973 2001 [RI], p.134). Tomar a oração que o falante tem por verdadeira é um meio que utilizo, na medida em que não sei nada sobre o sistema de crenças do falante. Sistema esse que revela o conjunto de frases que ele toma por verdadeira,

passando *a compreender o que é para ele afirmar uma frase verdadeira*. Malpas nos apresenta a cadência desse raciocínio

(...) o problema é que a fim de interpretar frases, nós precisamos ter um conhecimento das crenças, mas a fim de identificar crenças nós precisamos ter alguma ideia de como interpretar frases. Este, é claro, é o ponto em que Davidson introduz o princípio de caridade: assume que as crenças dos falantes estão geralmente de acordo com as nossas próprias crenças. Isto fornece um princípio pelo qual podemos continuar a atribuir significado às frases dos falantes (MALPAS, 2003, 142)

Dessa forma, não tenho outra opção se não assumir que o sistema de crenças de uma falante qualquer é semelhante ao meu próprio sistema de crenças. Isso resulta numa *sobreposição maciça entre nossas crenças*. Em outras palavras, é o que Davidson chama de *princípio de caridade*. Ela é a condição de possibilidade da interpretação que regula a interpretação, ou seja, tal princípio tem uma condição transcendental, pois sem ela não seria possível à compreensão mútua.

É através da construção das frases-T que compara metalinguagem e linguagem-objeto que há a correlação das asserções do falante para meu idioleto, devendo eu *ser caridoso* para com a interpretação, ou seja, devo pressupor que os falantes têm crenças em sua maioria verdadeiras e coerentes. O sistema de crenças dele não é tão diferente do meu sistema de crenças, ou melhor, do sistema de crenças do intérprete. *Grosso modo*, esse é o coerentismo de Davidson ligado ao princípio de caridade e aliado por pressuposição ao conceito de objetividade na comunicação.

Com isso, percebemos que o princípio de caridade, segundo Ramberg, vai de encontro “a incomensurabilidade e a possibilidade de estarmos fundamentalmente equivocados sobre como as coisas são”. (RAMBERG, 1989, p.70). O princípio de caridade, todavia, mantém de maneira mínima a existência da indeterminação da referência, algo que desde o início do seu programa é tentado a todo custo arrefecer. Mas ela é resolvida com a aplicação desse princípio, que além de se tornar para Davidson a condição de possibilidade da comunicação, também estabelece a relação entre crença e significado para a objetividade da comunicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todas essas coisas, o conceito de verdade e objetividade somente é possível se houver o compartilhamento dele com outra pessoa, “é saber que compartilhamos com ela, um mundo e uma forma de pensar sobre esse”. (DAVIDSON, 1989 [CP], p.5).

Por isso podemos dizer que a verdade está ligada ao mundo pelo conceito de objetividade emergindo *na* comunicação, *lugar* onde podemos estar equivocados sobre *o que é o caso*, onde nossas crenças podem estar corretas ou falsas e onde compartilhamos uma imagem pública do mundo com outros falantes competentes. Esse é o método da verdade para qual é necessário para pensarmos o mundo, preconizado por Davidson em seu artigo *The Method of Truth in Metaphysics* (1977). Tal proposta também evidencia o caráter intersubjetivo e público das crenças, do qual só existe a partir da interação de dois ou mais interpretes e da conexão destes a um meio ambiente ou mundo comum. Por isso que a crença tem de ser vista como estando em relação com outras crenças e atitudes, com o comportamento e com as circunstâncias do entorno nas quais ela surge e ocorre a ação. Malpas comenta sobre a concepção de crença de Davidson a qual entro em conjunção, dizendo que

o conceito de crença remete a duas direções: a) a crença tem um conteúdo, posto que ela já está conectada com o mundo; e b) se a crença inclui sempre a possibilidade do erro, também inclui a possibilidade sempre presente de uma certa desconexão com o mundo (MALPAS, 2005, 64)

Seguimos esse mesmo raciocínio para concluir que Davidson recupera a noção de mundo via coerentismo, não por confrontação, mas por pressuposição, mostrando que a possibilidade do erro na crença depende da *conexão* da crença com o mundo. Eis aí a conexão entre crença, significado, verdade e mundo. O conceito de verdade tem relações preciosas com outros conceitos e é justamente esse tratamento devido que deve ser dado a ela. Não como fez a tradição que além de ter definido circularmente, tentou

defini-la como um conceito não ligado a linguagem. São, portanto, suas conexões com a linguagem, com a crença, com o pensamento e ação que fazem do conceito de verdade a chave de como apreendemos o mundo. Portanto, o correspondentismo moderado, ou realismo moderado como preferimos chamar, está realmente conectado com seu holismo ao que McDowell menciona como o “coerentismo de Davidson”.

E neste ponto que concluo e cito a leitura de Malpas sobre Davidson no seu livro *Donald Davidson and the Mirror of Meaning* (1992), que após resumi-lo num artigo chamado “Não renunciar ao mundo: Davidson e os fundamentos da crença”, nos mostra que

o realismo davidsoniano “não renuncia ao mundo”, mas devolve-nos para ele por meio do abandono da ideia de que o mundo é qualquer coisa além do que é dado *no* e *através* do nosso envolvimento contínuo e cotidiano com as coisas ou de que nossas crenças podem estar baseadas em alguma outra coisa que não seja o envolvimento cotidiano (MALPAS, 2005, 65)

O aprendizado que tiramos dos escritos de Davidson será a de que não temos acesso direto a esse mundo como requer o realismo ingênuo. Todavia, ele também não pode ser compreendido como fruto de nossa construção, como uma massa sem forma modelada de acordo com os nossos esquemas. A lição de Davidson é compreender que o mundo se dá por pura negatividade, constringendo os nossos esquemas, limando-os e, por consequência, tornando coerente o nosso sistema de crenças.

REFERÊNCIAS

DAVIDSON, Donald. **Inquiries into truth and interpretation** (New York: Clarendon Press, 1ª ed, 1984; 2ª ed., 2001). Versão espanhol: De la verdad y de la interpretación: fundamentales contribuciones a la filosofía del lenguaje. Barcelona: Gedisa, 1995.

_____. **Subjective, intersubjective, objective**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

_____. **Problems of rationality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. **Truth, language, and history**. Oxford University Press, 2005.

_____. Externalism. In: KOTATKO, Petr, Pagin, Peter and Segal, Gabriel. **Interpreting Davidson**. Stanford, CA: Center for the Study of Language and Information Publications. 2001.

ARAÚJO, Inês. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Ed. Parábola, 2004.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I e II**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1995

BRAIDA., C. Significatividade, verdade e ontologia. **Problemata – Rev. Internacional de Filosofia**. João Pessoa-PB, v. 02, n. 01, 2011.

BÜHLER, K. The deitic field of language and deictic words. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982. p.9-30.

CARDOSO, S. H. B.. **A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

DE CARO, Marion. **Interpretations and causes: new perspectives on Donald Davidson's Philosophy**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1999.

DEVITT, M. **Designation**, Columbia University Press. 1981.

_____. **Realism and Truth**, Blackwell. 1985.

FIELD, H. **Tarski's Theory of Truth**. Journal of Philosophy, 69, 347-75. 1972.

_____. 'Conventionalism and Instrumentalism in Semantics'. **Nous**, Princeton v. 9, p. 375-405, 1975

_____. 'Mental Representation'. **Erkenntnis**, Dordrecht, Holland, v.13, 1978

FODOR, J. **Psychosemantics**, Cambridge: M.I.T. Press. 1987.

GREIMAS, A. J. ; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

HARMAN, G. Meaning and Semantics. In: M. Munitz and P. Unger (eds.). **Semantic and Philosophy** New York: New York University Press. 1974.p. 1-16.

IGLESIAS, M.H. **La semântica de Davidson** (Madrid : Visor). 1990.

GHIRALDELLI Jr. Prefácio. In: DAVIDSON. **Ensaio sobre a verdade**. São Paulo: UNIMARCO, 2002.

KATZ, J. J. The Neoclassical Theory of Reference. In P. A. French, T. E. Uehling Jr. and H. K. Weltstein (eds), **Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1979.p. 103-24.

KIRKHAM, Richad. **Teorias da verdade: uma introdução crítica**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.

KOTATKO, Petr, Pagin, Peter and Segal, Gabriel. **Interpreting Davidson**. Stanford, CA: Center for the Study of Language and Information Publications. 2001.

KRIPKE, S. Naming and Necessity.' In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (eds), **Semantics of natural language**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972.p.253—355.

LECLERC, André. *Davidson's externalism and swampman's troublesome biography*. **Principia, Florianópolis**, v. 9, p. 159-175, 2005.

_____. **Compreensão linguística espontânea**. Fortaleza: UFC; CNPq, 2012.

LEPORE, Ernest.. **Truth and interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

LEPORE, Ernest, and Ludwig, Kirk. **Davidson: meaning, truth, language, and reality**. New York: Oxford University Press, 2005.

LEPORE; LUDWIG. Davidson. In: BELSHAW, Christopher; KEMP, Gary; COLS. **Filósofos modernos**. Porto Alegre: Ed. Artmed. 2010.

LYCAN, William G. **Filosofia da linguagem**: uma introdução contemporânea. 2. ed. Londres: Routledge, 2008.

MALPAS, Jeffrey, **Donald Davidson and the mirror of meaning**: holism, truth, interpretation. Cambridge : Cambridge University Press, 1992.

MALPAS, Jeff. Não renunciar ao mundo: Davidson e os fundamentos da crença. In: SMITH, Plínio J.; SILVA FILHO, Waldomiro J. (Orgs.). **Significado, verdade, interpretação: Davidson e a filosofia**. São Paulo: Loyola, 2005.

MARGUTTI, Paulo Roberto. Significado e Verdade: uma Avaliação da Proposta de Donald Davidson com Base nas Idéias de Humberto Maturana. LIMA, Carlos Cirne & ALMEIDA, Custódio (Orgs.). In: **Nós e o Absoluto**. São Paulo: Loyola, 2001, p. 287-304.

MEDINA, José. **Linguagem: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NEALE, S. The philosophical significance of Godel's slingshot. **Mind**, Cambridge, Mass, v. 104, p.761-825, 1995.

_____. **Facing Facts**. Oxford: Oxford University Press. 2001

OLIVEIRA, Manfredo. Linguagem e Natureza. In: MONTENEGRO, Maria; PINHEIRO, Clara. **Natureza e Linguagem na Filosofia**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

PARRET, Herman. Verdade, verificação, veridicção. In: _____. **Enunciação e pragmática**. Campinas: Unicamp, 1988.

PUTNAM, H. 'The meaning of "meaning"'. In: _____. **Mind, language, and reality** Cambridge: Cambridge University Press., 1975.

QUINE, W. **Palavra e Objeto**. Tradução de Sofia Stein e Desidério Murcho. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **De um ponto de vista lógico**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

RAMBERG, Bjorn, **Davidson's philosophy of language**. Oxford : Blackwell, 1989.

RAMSEY, F. P. Facts and propositions. In: PITCHER, G. (org), , **Truth**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. , 1964.

READ, S. The Slingshot Argument. **Logique et Analyse**, Belgium, v. 143, n.4, p. 195-218, 1993.

RODRIGUES Filho, A.A.. Sobre a concepção de verdade de Tarski.' **Abstracta**, Belo Horizonte, v. 2, p. 24-61, 2005.

_____. **Frege, fazedores-de-verdade e o argumento da funda**. 2007. (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SALOMÃO, M. M. M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, Ingedore G. V.; MORATO Edwiges; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153.

SANCHES, Manuel. **Donald Davidson**: acerca da correspondência, coerência e cepticismo. Lisboa : Angelus Novus Editora, 2003.

SANTOS. R. **A verdade de um ponto de vista lógico-semântico**. Lisboa: Fundação Caluste Gulbenkian, 2003.

SPARANO, Maria Cristina de T. **Linguagem e significado: o projeto filosófico de Donald Davidson**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2003.

STAMPE, D. W. 'Towards a Causal Theory of Linguistic Representation'. In: P. A. French, T. E. Uehling Jr. and H. K. Wettstein (eds), **Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1979. p. 81 — 102.

STEIN, Ernildo. In SPARANO. **Linguagem e significado**: o projeto filosófico de Donald Davidson. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SELLARS, W. **Empirismo e filosofia da mente**. Petrópolis: Ed. Vozes: 2008.

STAMPE, D. W. 'Towards a Causal Theory of Linguistic Representation'. In: P. A. French, T. E. Uehling Jr. and H. K. Wettstein (eds), **Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1979. p.81 — 102.

TARSKI, A. **A concepção semântica da verdade**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 157-201.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1997.

WHORF, B. L., 'The punctual and segmentative aspects of verbs in Hopi'. In: CARROLL, J. B (ed.). **Language, thought and reality**: selected writings of Benjamin Lee Whorf. Cambridge, Mass: The Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1956.

YOUNG, James O. The slingshot argument and the correspondence theory of truth. **Acta Analytica**, Netherlands, v. 17, n.2, p.121-132, 2002.